

A conflitualidade laboral na TAP: do estertor do Marcelismo aos primeiros meses do PREC

Pedro Filipe Oliveira da Silva

**Dissertação
de Mestrado em História Contemporânea**

Julho, 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Ricardo Vieira de Campos de Abreu Noronha.¹

¹Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública a 16 de dezembro de 2024. O Júri, composto por José Neves (Presidente), Guya Accornero (Arguente), Fernando Rosas (Arguente) e Ricardo Noronha (Orientador) atribuiu a classificação final de 16 valores.

*Para os meus Pais,
Por serem o pilar de tudo*

AGRADECIMENTOS

A todos os que, com inesgotável paciência, me foram ajudando e instigando ao longo da investigação.

**A CONFLITUALIDADE LABORAL NA TAP: DO ESTERTOR DO
MARCELISMO AOS PRIMEIROS MESES DO PREC**

**LABOUR CONFLICT AT TAP: FROM THE END OF MARCELISMO TO
THE FIRST MONTHS OF THE PREC**

[PEDRO FILIPE OLIVEIRA DA SILVA]

[RESUMO]

[ABSTRACT]

PALAVRAS-CHAVE: processo revolucionário, conflitualidade laboral, radicalismo, trabalhadores, companhia aérea

KEYWORDS: revolutionary process, labour conflict, radicalism, workers, airline

Com a presente investigação pretende-se fazer o mapeamento dos conflitos laborais que tiveram lugar na TAP, num período que compreende o final do regime do Estado Novo e o ano que se seguiu ao Golpe Militar de 25 de abril de 1974. Procuramos contextualizar esses conflitos, numa primeira fase, num quadro de enfraquecimento do regime e recrudescimento das lutas sociais no país, de 1969 em diante e, posteriormente, em contexto revolucionário no biénio 1974-1975.

Começamos por analisar a importância da companhia aérea na afirmação dos desígnios defendidos pelo regime do Estado Novo e de como essa centralidade, assim como as características inerentes à indústria aeronáutica, permitiram a criação, na TAP, de uma classe trabalhadora altamente qualificada e, por conseguinte, politicamente mais atenta e exigente. Procurando retirar vantagem da reforma laboral ensaiada pelo Governo de Marcello Caetano, que permitiu a eleição de dirigentes sindicais bastante radicalizados, os trabalhadores da TAP e de muitas empresas do país vão endurecer as suas lutas. O governo responde com uma vaga repressiva particularmente violenta, que terá como corolário a invasão das instalações da companhia em julho de 1973.

O processo revolucionário português consagrou a força da classe trabalhadora na transformação social do país, adotando um repertório reivindicativo mais arrojado do que aquele que o novo poder instituído poderia sustentar. A urgência da mudança provocaria uma disrupção de enormes dimensões na sociedade portuguesa, promovendo divisões no seio da classe trabalhadora e aprofundando clivagens inultrapassáveis na esfera político-institucional do país.

Os trabalhadores da TAP participariam ativamente nesta transformação, incorporando nas suas lutas grande parte das aspirações do operariado português, e espelhando igualmente as divisões que tal processo desencadearia. Procuramos demonstrar que o seu processo de emancipação social, com contornos comuns a outras empresas, assume na TAP um carácter ainda mais dramático na medida em que os seus trabalhadores testemunhariam a repressão do Estado, que não hesita em exercer sobre eles o seu poder coercivo, nomeadamente nas greves em agosto e setembro de 1974.

The purpose of this research is to map the labour conflicts that took place at TAP during the period between the end of the Estado Novo regime and the year following the military coup of 25 April 1974. We try to contextualise these conflicts, initially in the context of the weakening of the regime and the upsurge in social struggles in the country from 1969 onwards, and later in the revolutionary context of 1974-1975.

We began by analysing the importance of the airline in promoting the ideals pursued by the Estado Novo regime and how this centrality, as well as the inherent characteristics of the aeronautical industry, allowed TAP to create a highly qualified working class that was therefore more politically aware and demanding. Seeking to take advantage of the labour reform attempted by Marcello Caetano's government, which allowed for the election of highly radicalised union leaders, the workers at TAP and many of the country's companies are going to harden their struggles. The government responded with a particularly violent wave of repression, the corollary of which was the storming of the company's offices in July 1973.

The Portuguese revolutionary process enshrined the strength of the working class in the social transformation of the country, adopting a bolder repertoire of demands than the new Establishment could sustain. The urgency of the change would cause a huge disruption in Portuguese society, promoting divisions within the working class and deepening insurmountable rifts in the country's political-institutional sphere.

The TAP workers would actively participate in this transformation, incorporating into their struggles a large part of the aspirations of the Portuguese working class, and mirroring the divisions that this process would unleash. We try to show that their process of social emancipation, which was common to other companies, took on an even more dramatic dimension at TAP as its workers witnessed the repression of the state, which did not hesitate to exert its coercive power over them, particularly in the strikes in August and September 1974.

ÍNDICE

Introdução	11
Objeto de estudo, estado da arte e fontes consultadas	11
Capítulo I.....	19
TAP: De companhia de bandeira a instrumento do Império.....	19
1.1 Simbologia e iconografia Estado-Novista	19
1.2 O nascimento do serviço aéreo nacional: A TAP ao serviço do Estado.....	21
Capítulo II	27
Das reformas laborais de Marcello Caetano às confrontações de 1973.....	27
2.1 As reformas de 1969.....	27
2.2 A contestação oposicionista às reformas laborais. A génese da Intersindical.....	30
2.3 Os Acordos Coletivos de Trabalho: da conciliação à repressão	34
Capítulo III.....	56
«Só lutando venceremos»: As lutas sociais na TAP durante o PREC	56
3.1 O 25 de abril de 1974: Do Golpe de Estado à Revolução.....	56
3.2 As novas formas de organização de massas	60
3.3 Do consenso inaugural à rutura inevitável	63
3.4 As greves de agosto de 1974.....	79
3.5 Uma empresa em permanente sobressalto: as réplicas de setembro e a solidariedade da classe operária	88
3.6 O conturbado ano de 1975: a revisão do ACT e o processo de nacionalização da empresa	95
Conclusão	102
Bibliografia.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS

ACT: Acordo Colectivo de Trabalho
AP: Aero Portuguesa
CPA: Companhia Portuguesa de Aviação
CDE: Comissão Democrática Eleitoral
COB: Comité Operário de Base (TAP)
COPCON: Comando Operacional do Continente
CA: Comissão administrativa
CS: Comissão Sindical
CT: Comissão de Trabalhadores
CT: Conselho de Trabalhadores
CTT: Correios, Telégrafos y Telecomunicações
CUF: Companhia União Fabril
DGS: Direcção Geral de Segurança
DL: Decreto-Lei
DME: Divisão de Manutenção e Engenharia (TAP)
FNAT: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
JSN: Junta de Salvação Nacional
LUAR: Liga de Unidade e Ação Revolucionária
MES: Movimento de Esquerda Socialista
MFA: Movimento das Forças Armadas
MRPP: Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PCP: Partido Comunista Português
PPD: Partido Popular Democrático
PIDE: Polícia Internacional para a Defesa do Estado
PRP: Partido Revolucionário do Proletariado
PS: Partido Socialista
PSP: Polícia de Segurança Pública
RAL1: Regimento de Artilharia Ligeira Nº1

SAC: Secretariado de Aeronáutica Civil

SAP: Serviços Aéreos Portugueses

SATA: Sociedade Açoreana de Estudos Aéreos

TAP: Transportes Aéreos Portugueses

INTRODUÇÃO

OBJECTO DE ESTUDO, ESTADO DA ARTE E FONTES CONSULTADAS

A 25 de abril de 1974 um golpe militar derrubava o regime fascista do Estado Novo, chefiado por Marcello Caetano. O golpe teve imediato apoio popular, desencadeando um conjunto de ações que o transformariam numa Revolução. No biénio 1974-1975 assistiu-se a profundas mudanças no tecido empresarial português; ensaiou-se uma transformação do regime de propriedade; experimentaram-se novas formas de organização e gestão; forjou-se uma importante reforma na organização, distribuição e produção nos latifúndios agrícolas a sul do país, levada a cabo pelos trabalhadores organizados em cooperativas agrícolas e nacionalizou-se o setor da banca e dos seguros.

Num trabalho das historiadoras Raquel Varela e Joana Alcântara², são identificadas quatro características fundamentais que ajudam a explicar o carácter revolucionário do período que se seguiu ao golpe militar.

1. É um processo que nasce de uma situação de enorme desgaste militar, numa guerra que decorre em três frentes;
2. Ocorre durante uma das mais graves crises financeiras do capitalismo no pós-Guerra, em 1973;
3. O movimento operário tem um papel decisivo no rumo que imprime à revolução;
4. É marcada pelas particularidades desse mesmo movimento operário, na medida em que são formadas Comissões de Trabalhadores, apresentando-se como novas formas de organização e de atuação da classe operária.

Trataremos de analisar cada um desses pontos, no último capítulo, procurando confirmar a sua pertinência para a nossa investigação.

² Alcântara Joana, Varela Raquel, (2016), *Conflitos Sociais na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, CEFID-UAB

Os conflitos sociais bastante radicalizados foram comuns entre operários industriais, assalariados agrícolas e o setor dos serviços. Rafael Duran Muñoz³ identifica, para o período de 1974-1975, 858 conflitos sociais nas empresas e são contabilizadas 97 greves e 15 ameaças de greve, segundo um estudo de Santos et al.⁴, só nas primeiras cinco semanas após o 25 de abril de 1974.

Apesar da relevância do tema que serve de pano de fundo à presente investigação, não podemos deixar de identificar uma carência ao nível do aprofundamento de determinadas matérias relativas à Revolução portuguesa. Cinquenta anos volvidos desde o golpe militar que derrubou o mais longo regime fascista da Europa, o investigador tem hoje à sua disposição um manancial de estudos desenvolvidos não apenas pela moderna Historiografia, mas, por outros campos tais como a Sociologia, que permitem documentar e conceptualizar, sob diferentes prismas, o período em questão. Esse período, pela rutura socioeconómica que comportou, ganhou centralidade na sociedade portuguesa, espoletando importantes debates e análises quer na esfera político-partidária, quer na sociedade civil. Existe, no entanto, uma importante lacuna na produção historiográfica sobre os conflitos laborais dentro da TAP, que este trabalho pretende colmatar.

O presente trabalho, inserindo-se *latu sensu* na História do Trabalho e na História do Movimento Operário, pretende mapear a conflitualidade laboral existente na TAP, dando particular relevo ao triénio 1973-1975.

Não obstante a baliza temporal que definimos para o nosso estudo, parece-nos prudente analisar alguns aspetos da história menos recente da companhia. Desde a sua formação que a TAP vinha granjeando algum relevo no panorama nacional, não só no campo económico, mas, sobretudo, no campo político. Assim, no primeiro capítulo procuraremos avaliar a centralidade da TAP na concretização do desígnio colonialista do Estado-Novo, situando-a num contexto de acelerado desenvolvimento da indústria

³ DURAN Muñoz, (2023), *Contenção e Transgressão. As Mobilizações Sociais e o Estado nas Transições Espanhola e Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China

⁴ SANTOS, Maria de Lurdes, LIMA, Marinús Pires de, e FERREIRA, Matias Vítor, *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas* (Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes).

aeronáutica na europa e no mundo, procurando, dessa forma, identificar alguns dos momentos mais relevantes que ajudaram a moldar a relação desta com o regime.

No segundo capítulo começaremos por recuar até 1969, momento em que o Governo de Marcello Caetano promove uma importante reforma laboral com a revisão da legislação relativa aos sindicatos e do regime jurídico das relações coletivas de trabalho. Ocorridas num período de crescente contestação social, estas reformas não só criam justas expectativas junto das classes trabalhadoras, como espoletam, de imediato, transformações no sindicalismo corporativo, permitindo, através da eleição de direções sindicais cada vez mais radicalizadas, o recrudesimento da conflitualidade laboral no seio das empresas. A TAP revelar-se-ia o palco privilegiado para estas disputas, durante um período que se estenderia para lá do golpe militar de 25 de abril de 1974.

Num setor altamente especializado, recorrendo a tecnologia de ponta e empregando mais de 1200 trabalhadores à data do golpe de 25 de abril, a Divisão de Manutenção e Engenharia (DME) da TAP era porventura o local de trabalho mais radicalizado do país, estando por isso referenciado pelo aparelho coercivo do regime. Ainda antes do 25 de abril, no verão de 1973, a DME foi palco de acontecimentos que se revelariam um momento-chave nas lutas laborais no país. As forças policiais cercam uma reunião de trabalhadores da TAP impedindo-os de discutirem o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e, nos hangares de manutenção e engenharia, inicia-se um violento confronto. Pela dimensão e repercussão que obteve, podemos afirmar que este acontecimento se revelou um *momento-charneira* nas lutas sociais do país, antecipando formas de ação coletiva que se alargariam a outros locais de trabalho, alguns meses depois.

No terceiro capítulo, necessariamente mais longo, tentaremos enquadrar o golpe militar de 25 de abril de 1974 num contexto de conflitualidade laboral pré-existente, sinalizando o impulso conferido pelas classes trabalhadoras ao processo revolucionário que se seguiria. Segundo um importante estudo de Miguel Perez Suarez⁵, que convocaremos amiúde, a primeira investida do movimento operário, sendo vitoriosa,

⁵ SUAREZ, Miguel Àngel Perez (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel

confronta-se imediatamente com sérias dificuldades provocadas pela reorganização do capital monopolista, que se traduz na primeira vaga de despedimentos, encerramento de empresas e fuga de capitais para o estrangeiro. Assim, numa tentativa de consolidar e ampliar o poder conquistado, a classe trabalhadora ensaia novas forma de organização nos locais de trabalho (que vulgarmente se designariam por Comissões de Trabalhadores, mas, que na TAP seriam cunhadas de Comitês Operários de Base) e tenta o controlo da produção e cogestão nas diversas empresas.

Procuraremos, por fim, consubstanciar essas transformações no mundo do trabalho à luz do conflito que se vivia na TAP, nomeadamente às lutas pelo controlo da empresa e pela emancipação social dos seus trabalhadores durante todo o período revolucionário até à sua nacionalização, em 1975. A conflitualidade laboral na companhia tende a agravar-se nos meses que se seguem ao golpe militar, transformando-se, quase de imediato, num dos casos mais emblemáticos deste período, no que à conflitualidade laboral diz respeito.

Não obstante, a nacionalização da TAP, longe de estancar a abrangência do nosso estudo, deve ser tida apenas como bússola temporal. Com efeito, as lutas sociais na companhia não cessaram com a nacionalização da empresa, verificando-se a persistência das mesmas reivindicações que se vinham arrastando desde 1974.

Esta dissertação procura, assim, responder a quatro questões fundamentais:

1. Qual a importância estratégica da TAP para o regime do Estado-Novo?
2. Que consequências resultaram, para o movimento operário, das reformas laborais promovidas pelo Governo de Marcello Caetano?
3. Em que medida a conflitualidade laboral na TAP espelhou, na prática, a situação social do país?
4. Os trabalhadores da TAP limitaram-se a replicar o repertório reivindicativo vigente noutras empresas, ou, pelo contrário, «contagiaram» essas mesmas empresas com a sua forma de luta?

Para responder a essas questões trataremos de fazer uma história sociopolítica dos meses que antecedem e se seguem ao 25 de abril, estabelecendo os diálogos necessários entre as diversas lutas que se travaram nesse período, não perdendo de vista a onda de greves que marca o período revolucionário e que tem na TAP um importante exemplo de mobilização.

Destaquemos, então, alguns estudos importantes para a presente investigação e que permitiram enquadrar o período tardo-marcelista e o início do processo revolucionário. O primeiro trabalho que merece destaque é o estudo do sociólogo Manuel Serafim Pinto⁶. Neste trabalho, o investigador traça o percurso do transporte aéreo em Portugal, do seu nascimento à Revolução de 25 de abril de 1974, e procura sinalizar e analisar a instrumentalização e influencia deste por parte do regime Estado-Novista.

Um outro estudo a ter em conta é aquele produzido em meados da década de 1970 pelos investigadores do GIS, que foi sendo publicado na revista *Análise Social* e que seria coligido pelas edições Afrontamento, em 1977⁷. O conjunto destes trabalhos exhibe de forma aturada a evolução das lutas dos trabalhadores de várias empresas nacionais durante o biénio 1974-1975 (entre as quais se inclui a TAP), transcrevendo um número alargado de comunicados redigidos pelos vários protagonistas do período em questão.

Na mesma linha, destacamos igualmente o estudo de José Pires⁸, publicado em 1976, no qual o autor colige os principais conflitos travados nas empresas durante os anos de 1974 e 1975, com particular destaque para as jornadas de greve. O levantamento é exaustivo no que concerne à TAP, contando com os testemunhos de vários dos protagonistas dessas lutas.

Outra importante referência para a nossa investigação é o trabalho de Rafael Durán Muñoz. O investigador identifica a fragilidade do Estado e a sua carência coerciva pós-25 abril e estabelece um nexos causal entre esta e a oportunidade de transgressão sentida

⁶PINTO, Manuel Serafim (2010), *Transporte Aéreo e Poder Político. Sob o signo do Império*, Lisboa, Coisas de Ler

⁷ Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinus Pires e Lima, and Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, 3 vols. Porto: Afrontamento, 1976–77

⁸ PIRES, José (1976), *As Greves nas Empresas*, Lisboa, Edições BASE

pelos trabalhadores portugueses. Os trabalhadores aderem imediatamente aos valores preconizados pelo MFA que, conseqüentemente, refletem uma nova situação política. O mesmo autor sustenta que a formação e a afirmação do MFA, implicando, *per se*, uma disrupção da hierarquia militar, cria precedentes que se viriam a revelar decisivos para o clima de instabilidade social sentido durante o PREC. Os trabalhadores sentem-se, assim, legitimados pela inexistência de barreiras por parte do Estado às suas aspirações e conseqüentes formas de luta.

O estudo desenvolvido por Miguel Cardina⁹, no qual o investigador procura rastrear o percurso do movimento maoísta em Portugal, reveste-se de particular importância para a nossa investigação, na medida em que vários grupos e partidos que se reivindicavam dessa corrente política lograram liderar o protesto nalguns locais de trabalho. Com efeito, a Divisão de Engenharia e Manutenção da TAP seria particularmente permeável à influência destes partidos e grupos mais radicalizados, facto que viria a refletir-se no repertório reivindicativo por si adotado em vários momentos.

Para o enquadramento socioeconómico do período em análise, o trabalho desenvolvido por Ricardo Noronha¹⁰ revelou-se central na nossa investigação. À situação económica que o país enfrentava não seria alheia a maior crise do sistema capitalista no pós-guerra. O recrudescimento da contestação ao regime faz-se num quadro de uma escalada inflacionária que castigava de forma severa as classes trabalhadoras e na eternização de uma guerra que sorvia vidas humanas e recursos financeiros. Tais circunstâncias motivariam forte reação no meio operário e estudantil, causando, simultaneamente, desconforto em alguns setores da burguesia industrial e financeira.

A investigação levada a cabo pelo mesmo autor sobre o período revolucionário revelou-se igualmente fundamental, propondo uma leitura alternativa em relação às lutas sociais aí ocorridas. Ricardo Noronha defende que, longe da perceção de oportunidade

⁹ CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira. O Maoísmo em Portugal 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China

¹⁰ NORONHA, Ricardo (2010), *Inflação e contratação coletiva*, in *O Estado Novo em questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira, Lisboa, Edições 70, pp. 233-261

política, proposta por Durán Muñoz, a classe operária fora alvo do poder coercivo do Estado durante o PREC tendo, desse modo, de batalhar para conquistar o seu espaço.¹¹

Um outro trabalho importante para a nossa investigação é o de Raquel Varela¹². A investigadora propõe uma reflexão acerca da política do PCP durante o processo revolucionário, tentando situar a ação do partido nos conflitos sociais, nas greves nas fábricas e nas empresas e naquilo que define como organismos de duplo-poder (comissões de trabalhadores, moradores e soldados), sendo igualmente importante

A nossa investigação assenta igualmente na consulta de comunicados, folhetos e cartazes. De todas as fontes a que tivemos acesso, devemos destacar duas em particular. A primeira, o arquivo da PIDE-DGS, inserido no ANTT, em Lisboa. Apesar de o acervo respeitante à TAP não ser vasto, logramos recolher um importante conjunto de documentos que proporcionou um melhor enquadramento do período imediatamente anterior ao golpe de 1974, nomeadamente no que toca ao violento embate ocorrido nos hangares da TAP entre os trabalhadores da DME e a polícia de choque. A troca de correspondência entre a Administração da TAP e o Diretor-Geral de Segurança é elucidativa quanto à inquietação que o radicalismo larvar no seio da DME começava a provocar nas hostes do regime.

A segunda fonte que se revelou de absoluta centralidade no nosso projeto corresponde à imprensa escrita do período revolucionário. Segundo Mário Mesquita, após o 25 de abril de 1974:¹³

Ouvir a rádio, ver a TV, ler os jornais implicava um penoso esforço crítico quotidiano. A massa veiculada pelos media era impressionante. O poder estava disperso por várias instâncias — e todas elas emitiam opiniões, tomavam decisões enviavam recados. Os partidos pronunciavam-se a toda a hora, acerca de tudo e todos. Os militares,

¹¹ NORONHA, R. (2019), *A Real State of Exception: Class Composition and Social Conflict during Portugal's Carnation Revolution, 1974-1975*. Critical Historical Studies

¹² VARELA, Raquel Cardeira - *História da política do Partido Comunista Português durante a Revolução dos Cravos (1974-1975)* [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010. Tese de doutoramento.

¹³ MESQUITA, Mário (2023), *25 de Abril: A Transformação nos Média*, Lisboa, Tinta da China

sob a capa do pseudo-apartidarismo revolucionário, emitiam opiniões entre si contraditórias. [...] Os órgãos de informação assemelhavam-se, na fase inicial, a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão.

Efetivamente, os anos de 1974 e 1975 foram prolixos na produção e difusão de informação. No caso da imprensa escrita, por existirem à época um número significativo de jornais (vespertinos, matutinos e hebdomadários), a explosão noticiosa foi particularmente visível. Para isso terão contribuído dois fatores ocorridos de forma quase simultânea: a conquista da liberdade de imprensa e a sucessão vertiginosa de acontecimentos políticos e sociais durante o PREC.

Por fim, destacamos também as fontes orais que procurámos ouvir. Não deixando de ser testemunhos valiosos, devemos ter presente a dificuldade dos protagonistas em se distanciar dos eventos relatados, tornando-se difícil distinguir entre o relato histórico e a memória necessariamente turva e distorcida da realidade.

CAPÍTULO I

TAP: DE COMPANHIA DE BANDEIRA A INSTRUMENTO DO IMPÉRIO

1.1 Simbologia e iconografia Estado-Novista

*É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes da sua civilização, exercendo também a influência moral adstrita ao Padroado do Oriente.*¹⁴

O surgimento e desenvolvimento do transporte aéreo em Portugal esteve desde sempre estreitamente ligado a duas ideias-fortes do regime do Estado Novo: a coesão territorial e a manutenção do Império. A estes, deve acrescentar-se o desenvolvimento da atividade turística no País. No que respeita a esta última, o desenvolvimento do transporte aéreo, permitindo um incremento da velocidade das viagens em relação aos outros meios de transporte, desenvolver-se-ia de forma paralela ao processo de terciarização das sociedades ocidentais, incluindo em Portugal.

Para a criação e desenvolvimento do transporte aéreo, o Estado-Novo teria de convocar esforços para uma verdadeira autonomia das ligações interterritoriais, fundamentais também no desenvolvimento do comércio entre a metrópole e as colónias e tendo como objetivo último a manutenção do seu domínio político. Esse objetivo com vista à manutenção do Império contou com o respaldo do Direito Internacional que, até bastante tarde, permitiu que Portugal explorasse sem pressão internacional o território por si administrado.

¹⁴ Constituição Política da República Portuguesa [CPRP], Lei nº 2048, 1951, art. 113

Como defende Manuel Serafim Pinto, autor de uma importante obra sobre a relação entre o transporte aéreo e o poder político, o Estado Novo cedo utilizou esta indústria emergente, marca iniludível do progresso, como instrumento fundamental para os seus desígnios, incluindo no campo do simbólico. Assim, o código de valores forjado pelo fascismo português utilizava todos os meios ao seu dispor para a inculcação da sua narrativa junto da população.¹⁵

Uma das primeiras manifestações desse simbolismo no campo da aviação fez-se com o «cruzeiro aéreo às colónias», nome dado à viagem «imperial» realizada aos territórios ultramarinos, por meio aéreo, organizada pelo Governo português e operada entre 1935 e 1936. Esta travessia era composta por três aeronaves, comandadas por três patrulhas, muitas delas contribuindo, mais tarde, para o nascimento da aviação civil em Portugal e para a formação da TAP. Com esta iniciativa o Estado português exibia e reforçava a soberania interterritorial, dando mostras da sua força.

A identificação simbólica dos aviões utilizados nessa expedição vem confirmar a intenção do regime em moldar a nova indústria aeronáutica ao desígnio nacionalista e imperial. Na cauda das aeronaves estariam pintados os símbolos da Nação: as cores da bandeira nacional, com o desenho da esfera armilar e a Cruz de Cristo nas asas e na fuselagem, ligando a valentia destes «novos heróis da Nação» à gesta dos «descobrimientos portugueses» nos séculos XV e XVI. Ainda segundo Manuel Serafim Pinto, a urgência do transporte aéreo para o regime e a construção simbólica que nele é operada, com o enaltecimento de factos históricos e a sua associação com a propaganda Estado-Novista, vem transformar o ato de viajar, tornando-o um acontecimento mítico e quimérico. Assim, o desenvolvimento do transporte aéreo:

servia [...] os interesses da divulgação do «progresso» e das condições sociais nos territórios ultramarinos com a emergência de um «turismo

¹⁵ PINTO, Manuel Serafim (2010), *Transporte Aéreo e Poder Político. Sob o signo do Império*, Lisboa, Coisas de Ler, pp. 573

*exótico» que interessava publicitar, incrementar, vulgarizar para que houvesse, sobretudo, a visita internacional de turistas que confirmassem a «ação civilizadora» nacional e se reforçasse a legitimação internacional da presença portuguesa nas colónias».*¹⁶

1.2 O nascimento do serviço aéreo nacional: A TAP ao serviço do Estado

Até ao surgimento da TAP contabilizaram-se quatro companhias que desempenharam operações aéreas, numa fase necessariamente embrionária e não regular do desenvolvimento da indústria:

- Os SAP – Serviços Aéreos Portugueses, criados em 1927, que faziam a ligação entre Lisboa e Madrid, encerrando por inviabilidade económica;
- A CPA – Companhia Portuguesa de Aviação, fundada em 1930, teria como missão a realização de 13 linhas internacionais, nas quais se incluíam Madrid e as Colónias portuguesas, dissolvendo-se em 1933 por falta de capital.
- A AP - Aero Portuguesa, fundada em 1934, foi a primeira companhia com ligações regulares entre Lisboa e Tânger.
- A SATA – Sociedade Açoreana de Estudos Aéreos, criada em 1947, tratando-se da primeira companhia insular, operando entre as ilhas de São Miguel, Terceira e Santa Maria.

A tentativa política de reorganização da aviação civil, em 1944, dá-se com a criação do SAC – Secretariado da Aeronáutica Civil. Este organismo estaria disposto em três ramos: «Expediente e intercâmbio», «Instrução» e «Segurança e navegação aérea»,

¹⁶PINTO, Manuel Serafim (2010), *Transporte Aéreo e Poder Político. Sob o signo do Império*, Lisboa, Coisas de Ler, pp.344

antecipando-se em dois meses à legislação decorrente da Convenção de Chicago, organizada nesse mesmo ano.

A criação do SAC seria fundamental na organização do regime, fazendo parte da estratégia de segurança nacional, com ligação direta à Presidência do Conselho de Ministros (numa primeira fase), contemplando o investimento aeronáutico como

*capital concentrador dos interesses políticos, económicos, sociais e simbólicos que seriam dinamizados a partir do SAC.*¹⁷

A génese do SAC (como, depois, da TAP) contou com o imprescindível envolvimento das Forças Armadas, uma vez que à época estas eram quem melhor conhecia e operava o sistema de navegação aérea em Portugal.

Para chefiar este novo organismo viria a ser convidado o Tenente-Coronel Humberto Delgado, um prestigiado militar que havia preparado importantes estudos no âmbito da aviação civil, nomeadamente uma tese relativa às carreiras aéreas comerciais, em maio de 1944.¹⁸

A génese da futura companhia de bandeira nacional, os TAP, encontra-se na Ordem de Serviço nº7 do SAC, de 14 de março de 1945, assinada por Humberto Delgado, que decreta a criação da Secção de Transportes Aéreos Portugueses, dependente do Diretor-Geral e do Conselho de Administração da SAC.

O início dos TAP obedeceu à influência quase exclusiva de um grupo de pessoal da aviação militar e da marinha, devido à escassez de trabalhadores especializados em Portugal. A estrutura organizacional foi implementada beneficiando do conhecimento que estes elementos traziam das suas áreas e que puderam convocar para esta nova indústria. Muitos destes militares acumulariam várias funções na sua fase inaugural procurando

¹⁷ PINTO, Manuel Serafim (2010), *Transporte Aéreo e Poder Político. Sob o signo do Império*, Lisboa, Coisas de Ler, pp 435

¹⁸ Delgado apresentaria a sua demissão, em 1946, por discordância política, na sequência da saída do SAC da alçada da Presidência do Conselho de Ministros, passando estes serviços para a tutela do Ministério das Comunicações

mitigar a escassez de meios e de pessoal, tornando possível, num curto espaço de tempo, construírem-se as bases infraestruturais da futura companhia, os ramos de instrução, manutenção, operações e serviços comerciais.

Para que se alcançasse o desígnio estratégico do Estado Novo, urgia iniciar um estudo de circunstâncias e os planos de rota para o serviço regular com as colónias africanas. Esse novo serviço operado pelos TAP, designado doravante por «Linha Imperial», seria uma peça central na política de coesão territorial defendida pelo regime, sob a tutela direta do Presidente do Conselho. Era exigido a Humberto Delgado que reportasse diretamente a Salazar e solicitasse a sua autorização para praticamente todos os atos de gestão da companhia, desde a admissão de pessoal, compra de aviões e aquisição de mobiliário, como comprova a correspondência entre ambos.¹⁹

A estratégia de aquisição de aviões teria, necessariamente, de ser direcionada em função desse novo serviço. As três viagens experimentais, realizadas entre março e agosto de 1946, operadas com os modernos Douglas DC-3, viriam a ter luz verde do Presidente do Conselho, autorizando o voo inaugural entre Lisboa e Lourenço Marques (com paragem em Luanda), a 31 de dezembro de 1946.

No período a que nos reportamos, tendo a TAP sido criada pelo Estado e detendo este a totalidade do capital, seria designada por «companhia de bandeira». Sendo portadora das insígnias do País (no caso, a bandeira), cabia-lhe a representação simbólica da Nação, através das suas aeronaves, em qualquer parte do mundo onde operasse.

Uma das funções exigidas a uma «companhia de bandeira» seria a promoção de contactos entre os territórios ultramarinos e as comunidades de emigrantes, através de um serviço regular.

¹⁹ Museu TAP – DAS; SAC/TAP Propostas: «Propostas nº12/T; Carta para aquisição de diversas peças de mobiliário [...]», do Diretor do SAC ao Presidente do Conselho, s/d; despachada em 3 de julho de 1946, com: «Autorizo nos termos propostos. O. Salazar»

A 25 de abril de 1953 o Estado decide alienar parte do capital social da empresa (mantendo a sua participação maioritária) pelo Decreto 39.188, passando esta a constituir-se como «Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada», continuando a subordinar-se aos interesses do regime, porque

«a liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível, aquela que pode conduzir, não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens»²⁰

O protecionismo do Estado foi uma constante ao longo das décadas, sendo fortemente estimulada pelas administrações da companhia, como em 1959, momento no qual o regime fez

«desaparecer as restrições resultantes principalmente da chamada limitação de capacidades, [porque] a concorrência internacional, que é hoje muito intensa, acentuar-se-ia de forma extraordinária e teria como resultado a eliminação das organizações mais fracas. A adoção pelo nosso País, duma tal política equivaleria, portanto, neste momento, à eliminação da TAP»²¹

Neste período, e não obstante o desenvolvimento incipiente da indústria da aviação no País, a TAP ministrava já os seus próprios cursos de formação especializada, construindo a sua imagem de companhia fiável e segura, desenvolvendo e absorvendo conhecimento de ponta no campo da aeronáutica. Assim, a companhia contava já nos seus quadros com um número significativo de trabalhadores especializados tais como Pilotos, Mecânicos de Voo, Despachantes de Operações, Radiotelegrafistas, entre outros.

Esta nova indústria transporta consigo um punhado de novas exigências no campo das relações de trabalho. Pela sua natureza, as atividades aeroportuária e aeronáutica

²⁰ FERRO, António (1933); Salazar, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, p.51

²¹ «Uma Trajetória de Prestígio» (1966); in; *A Revista do Ar*, Ano XXIX, nº 335, setembro; Lisboa: Aero Club de Portugal; p.406

acarretam um conjunto de dificuldades particulares para os trabalhadores que exercem o seu ofício. Uma parte significativa trabalha por turnos, nomeadamente o «pessoal de linha» que contacta diretamente com os aviões (seja pessoal de terra ou de ar), acumulando fadiga e cansaço extremo. A estes, acresce a exposição a diferentes fusos horários, a amplitudes térmicas muito variadas a radiações e micro-vibrações permanentes, mais comum no trabalho a bordo da aeronave. É justamente para responder a alguns destes problemas concretos que, mais tarde, numa conjuntura mais desfavorável para o regime, os primeiros ecos de contestação laboral no seio da TAP se farão ouvir.

O incremento do tráfego da TAP deu-se de forma mais significativa na década de sessenta, com a companhia a gozar de notório reconhecimento, sobretudo pela qualidade do seu serviço, com particular relevância para a «pontualidade». A este facto não é alheia, naturalmente, a conjuntura económica internacional, com a economia europeia e norte-americana atingindo taxas de crescimento anuais nunca experienciadas até então. No contexto nacional, onde também Portugal beneficiaria de mais de uma década de crescimento, podemos sinalizar dois aspetos relevantes no desenvolvimento da indústria aeronáutica durante este período. O primeiro diz respeito às políticas de investimento do Estado-Novo, organizadas no quadro dos Planos de Fomento, levados a cabo entre 1953 e 1973. Estes planos, sobretudo o II Plano de Fomento, comportaria um aumento de verba para a aviação civil e proporcionaria o desenvolvimento das infraestruturas de transporte e comunicações. O segundo, a implementação das «tarifas turísticas» em praticamente todas as companhias aéreas europeias fizeram baixar os preços dos bilhetes e aumentar exponencialmente o número de passageiros.

O reconhecimento publico da TAP enquanto instrumento de ação política nunca deixaria de ser lembrado em cerimónias oficiais nas quais participavam membros do Governo, como atestam as palavras do Secretário de Estado das Comunicações, Oliveira Martins, nas comemorações do 17º aniversário da companhia, onde:

«Focou o problema dos transportes aéreos como elemento imprescindível na vida das comunidades e salientou o exemplo de dinamismo e eficiência da TAP, ao serviço dos superiores interesses do País, serviço esse que classificou de qualidade, afirmando a terminar:

«ao beber pela TAP, tenho a certeza de que bebo pelo progresso do País»²²

²² «Comemorações do 17º Aniversário da TAP» (1970); in: a Revista do Ar, Ano XXXIII, nº381, julho; Lisboa: Aero Club de Portugal

CAPÍTULO II

DAS REFORMAS LABORAIS DE MARCELLO CAETANO ÀS CONFRONTAÇÕES DE 1973

2.1 As reformas de 1969

O processo de liberalização levado a cabo pelo novo Presidente do Conselho, Marcello Caetano, nomeadamente no campo das relações de trabalho, veio introduzir a expectativa de uma mudança efetiva no regime corporativo. Dessas reformas destacamos duas em particular. A revisão da legislação relativa aos sindicatos e a revisão do regime jurídico das relações coletivas de trabalho (Decreto-Lei n.º 49 058, de 14 de junho de 1969 e Decreto-Lei n.º 49 212, de 28 de agosto de 1969, respetivamente).

A retórica reformista de Caetano criou algum entusiasmo – ainda que cauteloso – nos sindicatos e nos trabalhadores portugueses, associado a um clima geral de «renovação». Contudo, cedo se percebeu que tudo permaneceria razoavelmente inalterado. Independentemente da letra e do espírito destas novas leis laborais, o Governo manteria a natureza de classe que caracterizava o regime corporativo. Com efeito, como afirma Fernando Rosas²³, o Estado Novo desde cedo incorporou na sua doutrina um princípio organicista, segundo o qual Capital e Trabalho deveriam entender-se sob a tutela do Estado, o que se traduziria na supressão administrativa da luta de classes, nomeadamente através da proibição das greves.

Efetivamente, e no caso que aqui nos convoca, o governo apresentaria as reformas laborais de 1969 não como um conjunto disruptivo de leis que procurava a rutura com o passado, mas sim, como uma «renovação na continuidade», servindo então uma nova

²³ ROSAS, Fernando (2012); *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, pp.289

narrativa do regime. Com eleições marcadas para esse ano, e ainda que a vitória da União Nacional estivesse garantida à partida, Caetano utilizaria esse ato eleitoral como forma de plebiscitar as suas mais recentes reformas.

Quanto às reformas operadas pelo Governo de Marcello Caetano, cremos que têm origem fundamentalmente numa conjuntura que começava a ser desfavorável ao regime. Desde finais da década de 50 e início de 60 que o núcleo mais reformista do regime vinha pressionando o Governo a adotar as reformas que Caetano viria a aplicar em 1969. Referimo-nos, nomeadamente, ao Ministro das Corporações Gonçalves Proença que, ainda com Salazar na chefia do Governo, havia defendido o aperfeiçoamento da legislação laboral no campo da contratação e negociação coletiva.²⁴ Igualmente neste período começam a fazer-se ouvir com maior intensidade as pressões do Comité de Liberdade Sindical da OIT, que vinha fazendo eco da contestação na Confederação Internacional dos Sindicatos Livres. Também o recrudescimento da contestação social que teve lugar no final da década de 60, nos meio académicos e nas fábricas da cintura industrial de Lisboa e Porto, somar-se-ia aos restantes fatores e contribuiria decisivamente para a mudança promovida pelo regime. A este propósito, o PCP iria alertar os seus militantes para as ilusões provocadas pelas reformas do Governo:

*«[...] o agravamento da crise do regime, a intensificação e o alargamento da luta da classe operária e das massas trabalhadoras à escala nacional, dos estudantes de Coimbra, Porto, dos intelectuais e de largos setores da pequena e média burguesia urbana e rural [...]. Isto sim, tem obrigado M. Caetano a esconder a hediondez da ditadura fascista sob a máscara demagógica da liberalização».*²⁵

O Governo procurou, dessa forma, gizir um conjunto de leis que visavam, pelo menos na aparência, alguns dos princípios e direitos consagrados nas Convenções 87 e 98 da OIT. A primeira, à qual Portugal não havia ainda aderido, dizia respeito à liberdade

²⁴ PATRIARCA, Fátima, *Continuidade e rutura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano*, in. *Itinerários – a investigação nos 25 anos do ICS*, dir. Manuel Villaverde Cabral et al., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 2008, pp. 135-136

²⁵Avante! n.º 404, julho de 1969

sindical. A segunda, ratificada por Portugal em 1964, consignava o direito à organização e negociação coletiva. Com estas medidas pretendia-se conter a interferência do Estado nos sindicatos através da transferência para os tribunais da apreciação da legalidade das suas ações, assim como de qualquer contencioso de cariz laboral.

Como aponta José Barreto²⁶, com a vigência destas novas leis o Governo deixava de ter, *de jure*, controlo direto sobre os sindicatos, porém, *de facto*, essa tutela continuou a verificar-se, nomeadamente na sujeição dos estatutos dos sindicatos e suas alterações ao crivo do Governo. Ademais, o INTP poderia contestar a legitimidade de uma direção sindical, intimando muitos dirigentes a apresentarem provas de «lealdade» e compromisso em relação ao modelo corporativo.

Para além disso, duas características do sindicalismo corporativo Estado-Novista não sofreram qualquer alteração: o modelo de quotização obrigatória e o princípio unicitário da estrutura sindical. Apesar disso, os novos estatutos iriam tolerar algum pluralismo.

O Governo haveria de assumir uma postura cautelosa em relação ao impacto que as suas reformas ditas «liberalizantes» teriam no meio sindical. Com efeito, os trabalhadores portugueses e os movimentos oposicionistas fariam recuar o Governo nessa sua operação «cosmética» e, um ano após a chegada de Caetano à cúpula do poder, regressaria a repressão mais violenta. A mudança na chefia do governo ocorre num clima de crescente crispação, num momento em que decorrem três importantes processos de luta social: a greve dos pescadores de Matosinhos e conserveiros de Olhão e Setúbal e a «greve da mala» da Carris. No início de 1969, pouco antes da ratificação das renovadas leis laborais, acentua-se o endurecimento da luta antifascista, com especial enfoque nas universidades e, sobretudo, nas principais empresas da cintura industrial de Lisboa²⁷. Lisnave, General Motors, Ford, Cel-Cat, Trefilaria, Fábrica Simões, Arsenal, Cimentos Tejo, Firestone, CNE, CUF, Tabaqueira, Sacor seriam algumas das empresas em cujas

²⁶ BARRETO, José, *Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano*, Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1. º, 2. º), pp. 62

²⁷ PATRIARCA, F, *Estado social: a caixa de Pandora*, in Rosas, F. e Oliveira, P. A. *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974.)* Lisboa, E. Notícias, 2004, pp.175

lutas assumiriam contornos de maior dramatismo. Apesar de menos significativa, a contestação na TAP começa também a fazer-se notar neste período, sendo liderada pelo setor de Manutenção e Engenharia da companhia.

Esta crescente contestação seria naturalmente aproveitada pelo PCP - o partido, à época, com maior implantação nacional - para capitalizar o seu poder reivindicativo e lograr uma maior influência junto dos sindicatos, alertando para a «farsa» das reformas laborais propostas pelo Governo.

2.2 A contestação oposicionista às reformas laborais. A génese da Intersindical.

O PCP tomaria as rédeas da contestação, durante este período, apesar do surgimento de alguns movimentos à sua esquerda, que prometiam retirar-lhe protagonismo. Esse protagonismo não seria, porém, posto em causa nas fábricas e nas empresas até perto da revolução de 25 de abril de 1974, ainda que, no meio estudantil, o Partido Comunista começasse a perder alguma influência para aquilo que os órgãos do PCP apelidavam de grupos de agitadores. Por ora, estamos ainda em 1969 e o PCP é hegemónico na liderança do protesto social e também nos sindicatos. Logo em 1969, Daniel Cabrita e Antero Martins, trabalhadores com filiação comunista, assumem a direção do Sindicato dos Bancários. No mesmo ano, no Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica, os militantes comunistas José Rosário, Álvaro Rana e Américo Costa Pereira iriam fomentar uma forte contestação à liderança do seu sindicato.²⁸

Prevendo a tentativa velada do regime em obter credibilidade junto da população, o PCP procura alertar para a natureza de classe do Marcelismo, desmascarando algumas

²⁸ BARRETO, José; *Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano*, Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1. °, 2. °), pp. 73-75

das medidas decretadas pelo Governo. O *Avante!* de outubro de 1969 atesta o que aqui sinalizamos:

Um novo decreto-lei caetanista, desta vez sobre o regime de contratação-coletiva, vem limitar ainda mais os direitos dos trabalhadores, sob uma falsa aparência de «liberalização». [...]

Este novo decreto reforça o controle governamental sobre a discussão dos contratos coletivos de trabalho e a sua resolução final. Tanto a «obrigatoriedade de tentativa de conciliação quando a negociação não conduza a um acordo», como o «recurso à arbitragem», no caso da tentativa de conciliação não ter dado resultado, são duas cláusulas que impõe a decisão patronal e do governo sobre os interesses e a vontade dos trabalhadores.²⁹

A partir de 1970 as direções de muitos dos sindicatos foram sendo preenchidas por listas oposicionistas. Em julho e junho de 1970, uma lista contendo elementos ligados ao PCP e a vários movimentos à sua esquerda, e liderado por António Santos Júnior,³⁰ venceria no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. As três principais posições da sua direção eram ocupadas por mecânicos da manutenção de aviões da TAP, empresa que, neste período, começava a «agitar-se» socialmente, com os trabalhadores da DME a mobilizarem os principais focos de protesto.

Aproveitando a letra da lei, que previa agora a nomeação de delegados nas empresas, as direções sindicais começaram a exercer a sua influência junto dos trabalhadores. Começam, então, a desenvolver-se duas conceções distintas dentro do sindicalismo oposicionista. Uma mais *dirigista*, defendendo a nomeação de delegados pelas direções sindicais, outra mais *basista*, propondo a sua nomeação pelos trabalhadores das respetivas empresas. A este propósito, o PCP, nunca desistindo de consolidar a sua influência nos sindicatos fascistas, defendia simultaneamente um conjunto de ações

²⁹ *Avante!* n.º 407, outubro de 1969

³⁰ Marxista, mas ainda sem filiação partidária

localizadas nas empresas, através das células do Partido. Só assim, defendiam os comunistas, se conseguiriam driblar as «comissões internas», criadas em várias empresas com o consentimento dos patrões, contra os interesses da classe trabalhadora.³¹

Em 1969, já depois das reformas impostas pelo regime, começam a surgir menções às «reuniões intersindicais», assim designadas as habituais reuniões tidas entre os três sindicatos de bancários do País³². Reuniões que se vão estendendo um pouco por todo país e reunindo cada vez mais sindicatos. Esta «reanimação» sindical, que, na prática, se resume à tentativa de criação de uma frente de sindicatos, tem sido reclamada por diferentes tendências partidárias. É ao PCP e ao seu setor sindical que é frequentemente atribuída a autoria desta iniciativa. Já durante a crise de 1945-1946 o Comité Central do PCP emitira uma resolução na qual se aponta a necessidade de unificar o movimento sindical, conferindo-lhe uma só orientação. Porém, Vítor Wengorovius,³³ consultor jurídico de direções sindicais oposicionistas, reclama para o seu grupo político dentro do CDE os louros da criação da futura Intersindical, afirmando que o PCP se mostrara renitente e excessivamente cauteloso ante a iniciativa.

A 28 de setembro de 1970 reúnem-se em Lisboa, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, cinco direções sindicais, com o objetivo de se convocar a primeira reunião intersindical para o dia 11 de outubro do mesmo ano. Os cinco sindicatos (bancários, pessoal dos lanifícios, caixeiros, metalúrgicos e delegados de propaganda médica) reiteram a intenção de criar uma estrutura intersindical permanente, respeitando sempre a observância da Lei fascista, não dando aso a que os seus propósitos fossem visados pelas autoridades.

A primeira reunião intersindical viria a realizar-se, como previsto, a 11 de outubro de 1970, reunindo 14 dos 19 sindicatos convocados, num clima de aparente «normalidade». O Governo procurou não hostilizar, de início, esta iniciativa, mantendo-se, todavia, cauteloso quanto aos intentos dos dirigentes que a promoveram. Na ordem de

³¹ O PCP e a Luta Sindical, p. 247

³² Lisboa, Porto e Coimbra

³³ BARRETO, José; *Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano*, Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), pp. 83

trabalhos da reunião constavam já algumas das preocupações que viriam a marcar a agenda reivindicativa dos trabalhadores e sindicatos de várias empresas, daí a pouco tempo e que, de resto, já haviam sido manifestadas durante a crise de 1969: discussão de vários aspetos do regime de contratação coletiva, legislação sobre horário de trabalho e questões relativas à liberdade de reunião dos sindicatos. A este propósito convém lembrar que o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, dirigido, como vimos, por trabalhadores da TAP, era já um dos mais radicalizados do país e, em virtude disso, fora-lhe negada a autorização para reunir em assembleia geral no dia anterior. Meses antes, já outras reuniões sindicais tinham sido alvo de proibição ou forte condicionamento, enfraquecendo ainda mais a frágil relação entre o Governo e as novas direções indicais.

A partir de outubro de 1970 a ténue «abertura» chegaria definitivamente ao fim. Nesse período o Governo decide suspender, de forma discricionária, alguns dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos, entre os quais Santos Júnior, violando, assim, a lei laboral que havia ratificado um ano antes. Outra medida que atesta este recuo por parte do regime é a possibilidade de devolver à procedência convenções coletivas ou decisões de arbitragem incómodas para o Governo, passando, desse modo, a limitar fortemente a sua liberdade de atuação.

É justamente nesta altura que as reuniões intersindicais se multiplicam, como resposta lógica ao endurecimento coercivo do regime. Contudo, este período de «quase legalidade»³⁴ teria o seu fim marcado para 26 de julho de 1971, momento em que um ofício do Secretário de Estado Joaquim Silva Pinto decreta a proibição de qualquer reunião ou ação da Intersindical.

³⁴ BARRETO, José; *Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano*, *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1. º, 2. º), pp 92

2.3 Os Acordos Coletivos de Trabalho: da conciliação à repressão.

Durante o ano de 1969 foram vários os locais de trabalho, como vimos, que se lançaram num período alargado de greves e de contestação, tentando, com esta ação, pressionar o recém-empossado Presidente do Conselho. Com efeito, desde 1969 os trabalhadores da TAP começam de forma incipiente, mas, determinada a aumentar o tom da contestação, trazendo para o seio da empresa um repertório reivindicativo arrojado e distinto daquele que até então vinha sendo utilizado. Para isso terão contribuído, no nosso entendimento, dois fatores fundamentais. Não só o regime, ao ensaiar a sua abertura política, acabará por destapar uma contestação ferozmente reprimida como, de forma quase simultânea, começam a formar-se novos movimentos e partidos que se vão posicionando à esquerda do PCP ameaçando abanar a estratégia cautelosa deste, no que concerne, nomeadamente, às suas formas de luta.

Este último tópico terá particular relevância na medida em que, como corolário das grandes cisões ocorridas no movimento comunista internacional na década de sessenta, começa justamente neste período a jogar-se a luta pela hegemonia nos locais do trabalho e no seio dos trabalhadores. António Santos Júnior e Jerónimo Franco, eleitos para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1970 e trabalhadores da Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP, exercem enorme influência junto dos restantes trabalhadores e irão liderar a onda de protestos. A luta encrespa-se, e os comunicados multiplicam-se:

MECÂNICO

*Ouve a voz da tua consciência que te diz: onde está a minha hombridade?
Sim ... Onde está ela?*

[...]

Reflete um pouco e vê bem que estás farto de ser escravo [...]

A tua situação piora a olho nu, dão 10 para te tirar 20, sendo tu, afinal o homem quem trabalha, é de ti que depende o futuro da companhia, além de seres vítima de tão ingratas injustiças ainda és considerado de «baixa condição» por aqueles a quem proporcionas uma vida requintada e folgazã ...

Não necessites de esmolas [...] afinal o que és tu? Um homem ou uma coisa?

*Precisamos de ti, estamos fartos de ser vítimas de tão grande número de injustiças. Junta-te aos teus colegas e bem alto e em uníssono grita também: quero mais dinheiro, maios regalias, melhores visões futuras e mais justiça [...]*³⁵

O documento que aqui reproduzimos parcialmente não tem data atribuída. Por se encontrar organizado cronologicamente na Torre do Tombo, cremos ter sido publicado entre 1969 e 1970, e distribuído aos mecânicos da TAP no mesmo período. Outro documento em linha com o anterior dá nota de, pelo menos, cinco trabalhadores da DME da TAP referenciados pela PIDE:

Assunto

- Agitação, de papeis copiografados, na secção de manutenção da TAP (aeroporto)

Este documento de 12 de setembro de 1969 faz menção a um caso ocorrido na madrugada de 9 para 10 do mesmo mês, no qual terão sido lançados papeis copiografados, dirigidos aos trabalhadores que ali operavam.

³⁵ «Comunicado», Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

A 2 de fevereiro de 1970 tomaria posse como Presidente do Conselho de Administração da TAP, Alfredo Vaz Pinto, engenheiro de formação, que havia sido Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho. Pouco tempo depois de tomar posse, aproveitando o clima de «distensão» decorrente das reformas laborais do regime, a sua administração tenta encenar um «regime conciliatório» com os trabalhadores, procurando acudir a algumas das suas exigências. Dessa tentativa resultaria uma proposta de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, em setembro desse ano, que, não deixando de surpreender os trabalhadores e os seus representantes, espoleta novas jornadas de luta. Encetar-se-á um longo processo de negociação entre a administração e os trabalhadores, com estes últimos dando o mote para as tensões que se seguiriam. O seguinte comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos, transmitido na Rádio Voz da Liberdade, atesta o que acima se afirma:

Camaradas Metalúrgicos da TAP

Em setembro do ano passado, a Administração da TAP resolveu iniciar um processo de negociação do Acordo Coletivo [...]. Porquê, este facto inédito na história da TAP, e das Empresas em Portugal?

Até aqui eram sempre os Sindicatos a tomar a iniciativa das negociações, e nos sindicatos representativos do pessoal da TAP, já vinham fazendo propostas neste sentido há um bom par de anos.

A resposta é simples:

A Administração da TAP, que mantém relações íntimas com o governo, estava bem ao corrente duma certa liberalização sindical que este iria tentar, sobretudo ao nível dos sindicatos da pequena burguesia. Liberalização essa que, evidentemente, teria impacto na classe operária, uma vez que esta

*tentaria alargar, a si, a margem de manobra legal concedida à pequena burguesia.*³⁶

Ainda em relação a este comunicado, importa dizer que o sindicato faz mais do que repudiar a tentativa de conciliação por parte da administração. Através de um longo parágrafo, relembra a importância dos acordos coletivos para os trabalhadores, sinalizando, porém, que os mesmos estão fortemente condicionados pela Lei fascista e que, desse modo, e em última instância, se transformarão em instrumentos de dominação da classe burguesa.

[...] Mas, a par desta abertura tímida no campo do funcionamento dos Sindicatos, a TAP sabia bem da intenção do Governo em dar uma maior eficácia às convenções coletivas. Este é o processo seguido na Europa, e particularmente, em Espanha para procurar controlar, por fora, o movimento sindical.

*As convenções coletivas, porque estabilizam a fixação de salários [...], porque fixam níveis salariais e condições de trabalho, sempre dentro de limites impostos pela estabilidade da classe dominante, até porque, a arbitragem de litígios entre os patrões e operários é entregue a uma espécie de tribunal que, em última análise, serve os interesses da burguesia [...], constituem um modo pacífico, legal, mais eficaz para acautelar os interesses dos patrões [...].*³⁷

³⁶ Documento Rádio Voz da Liberdade (Emissão 20/09/1970 às 01:15), Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

³⁷ Documento Rádio Voz da Liberdade (Emissão 20/09/1970 às 01:15), Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

No parágrafo seguinte, a direção do sindicato esclarece que havia chegado à mesa das negociações a meio do processo, uma vez que tinha sido eleita pouco tempo antes. Assim, acusa a anterior direção – que contava com elementos da total confiança do Governo – de conluir com este um acordo deletério para a classe trabalhadora. Acrescenta depois que, imediatamente após a tomada de posse, recusou liminarmente a proposta da administração, apresentando aos associados um conjunto de condições para encetar nova ronda de negociações. A saber:

- a) Necessidade de reduzir o «leque dos vencimentos» constante da respetiva tabela em apreciação, pela supressão de alguns escalões da mesma, e pelo aumento dos escalões mais baixos;*
- b) Necessidades das promoções anuais, de escalão, de corresponderem ao aumento efetivo do ordenado;*
- c) Aumento da remuneração paga aos trabalhadores pelas horas extraordinárias;*
- d) Estipulação de 30 dias de férias para todo o pessoal com um ano de trabalho na Companhia;*
- e) Limitação dos despedimentos sem justa causa, nomeadamente por um aumento sensível das respetivas indemnizações;*
- f) Fixação do período de 8 horas, como período ordinário de trabalho nos 5 dias de trabalho semanal.³⁸*

No entanto, cumpre sinalizar as dificuldades com as quais o Sindicato dos Metalúrgicos se confrontava. Com a eleição, em junho e julho de 1970, de uma nova direção de tendência marcadamente marxista, este sindicato adotaria uma prática reivindicativa dissonante das anteriores direções. Tal facto levaria o Governo a manter sob apertada vigilância estes dirigentes recém-eleitos, não demorando muito para que se decidisse, de forma discricionária, pela sua suspensão, em setembro de 1970. Assim, o Ministro das Corporações e Previdência Social, Balthazar Rebelo de Sousa, iria ordenar

³⁸ Documento Rádio Voz da Liberdade (Emissão 20/09/1970 às 01:15), Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

a destituição dos seus dirigentes, devolvendo ao sindicato uma direção mais consentânea com os ditames corporativos. Também em março de 1972 a eleição no Sindicato Nacional dos Eletricistas de Lisboa haveria de ser impugnada pelas mesmas razões. Recordemos que o comunicado a que acima aludimos é justamente de setembro de 1970, sendo por isso um espelho do clima que descrevemos.

Por outro lado, o Sindicato enfrentava uma outra dificuldade decorrente, em parte, da questão anterior. Ao ser isolado pelo Governo, é o próprio sindicato que assume os constrangimentos que obstaculizam a sua ação junto da TAP. O comunicado é, a esse respeito, honesto na assunção da fragilidade da sua posição. A dado momento são expostos dois caminhos possíveis: A viabilização do acordo ou a sua rejeição. E quanto a essa escolha, a posição dos trabalhadores está longe ser unanime. Desde logo pela pressão exercida pelos trabalhadores «reacionários»:

*[...] uma minoria de trabalhadores reacionários – que, existe, aliás, em todas as grandes empresas, e que normalmente é constituída por trabalhadores velhos já instalados no lugar de chefia, trabalhadores novos, pouco integrados no meio operário e procurando muitas vezes safar-se oportunisticamente e por empregados que se conduzem como se tivessem as funções de polícias secreta do patrão da fábrica [...]*³⁹

Em nova assembleia geral⁴⁰, o sindicato clarifica, então, a sua posição negocial. Se a decisão fosse favorável à assinatura do acordo, daí a dois anos seria exigida nova revisão do acordo e, aí sim - defende a direção do sindicato - a correlação de forças poderia inverter-se, havendo lugar a uma maior vantagem negocial do sindicato, com grandes ganhos de causa para os trabalhadores da TAP. Por outro lado, se a opção fosse a de não assinar o acordo, desenrolar-se-ia a uma arbitragem de litígio, e dadas as cedências

³⁹ Documento Rádio Voz da Liberdade (Emissão 20/09/1970 às 01:15), Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

⁴⁰ Livro Branco: A.C.T. da TAP 1973/ Comissão Sindical da TAP, pp. 5

consentidas pela anterior direção, a decisão haveria de recair invariavelmente para o lado do patronato.

A decisão da maioria dos trabalhadores de todos os sindicatos envolvidos iria mostrar-se favorável à assinatura do acordo, entrando assim em vigor a 01/01/1971. Mas, seria apenas o começo de uma luta que quase de imediato se intensificaria. A fragilidade do acordo obtido era notória, e não tardaria até que a contestação subisse de tom. No primeiro semestre de 1972 surgem então dois grupos de trabalhadores, adstritos ao Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aviação e Pescas, que tornam pública duas visões contrastantes. Os primeiros apontam para os fortes condicionalismos a que a revisão do acordo de 1971 foi sujeita, sobretudo no tocante às tabelas salariais e aos horários de trabalho, exigindo, dessa forma, nova revisão extraordinária; e um segundo grupo defendendo que a única matéria passível de revisão seria o Novo Regime Jurídico da Duração do Trabalho (Decreto-Lei 409/71).

Convocada nova Assembleia Geral e ouvidos os trabalhadores, a maioria votaria favoravelmente a apresentação de revisão extraordinária, o que resultaria num pedido formalizado a 26/04/1972, em carta endereçada ao Presidente da Comissão Corporativa.

[...] junto temos a honra de enviar a V. Ex^a, devidamente fundamentado o pedido de revisão extraordinária da referida convenção coletiva de trabalho. Tendo em consideração que este tipo de revisão deve basear-se em circunstâncias muito específicas, apontam-se aquelas de maior relevância e significado dentro dos condicionalismos exigidos, e que são:

- 1. Horário de trabalho, de harmonia com o espírito do Decreto-Lei 409/71;*
- 2. Tabela de vencimentos, com fundamento no aumento do custo de vida verificado desde a fixação de ordenados pelo ACT vigente.⁴¹*

⁴¹ Livro Branco: A.C.T. da TAP 1973/ Comissão Sindical da TAP, pp. 5

No mesmo comunicado, a direção do sindicato faz questão de lembrar que o pedido de revisão do ACT não deve restringir a futura revisão ordinária, estando em causa, em ambas, cláusulas de enorme importância para a segurança e estabilidade dos trabalhadores.

Para justificar esta revisão extraordinária, o sindicato aponta duas fundamentações que acima enumerámos e que agora procuraremos detalhar. A primeira diz respeito à deterioração da conjuntura económica, sendo identificadas mudanças significativas no custo de vida, decorrente da elevada taxa de inflação, que haviam tornado inócuas as medidas relativas às retribuições mínimas e à duração do trabalho, plasmadas no ACT. A segunda razão tem que ver com a própria alteração do regime legal da duração do trabalho. O Decreto-Lei n.º 409/71 veio enquadrar medidas relativas à duração do trabalho, regulando, nomeadamente, os limites máximos dos períodos normais de trabalho, dos dias de descanso semanal complementar, das condições de prestação do trabalho extraordinário e da organização dos turnos nas empresas de laboração contínua.

A Comissão Corporativa iria reunir a 17 e a 25 de maio e, em ambas as assembleias, a resolução seria unânime: a revisão extraordinária solicitada tratava-se de uma revisão ordinária antecipada, donde, o pedido não poderia ser deferido.

Lembremos que a «fachada liberalizadora» do regime de Marcello Caetano havia caído há muito e entrara-se num período marcado por uma grande vaga repressiva. O Governo restringira fortemente as reuniões sindicais, proibindo as reuniões da intersindical, que havia sido formalizada há apenas um ano. As reuniões continuariam a realizar-se, agora sob a capa de uma *semiclandestinidade*, com o PCP a resgatar a sua liderança programática. A mensagem é clara: intensificar o protesto. Aumenta, assim, a contestação laboral em diversas empresas, entre os anos de 1971 e 1972, contabilizando-se um número significativo de paralisações e greves às horas extraordinárias. A este recrudescimento do protesto não será alheia a escalada inflacionista que se verificou durante estes anos. Para Ricardo Noronha:

«Ao conjunto dos fatores inflacionistas que derivavam da estrutura monopolista da economia portuguesa e ao seu controlo do setor bancário,

juntavam os gastos improdutivos com a guerra colonial (cerca de 6% a 7% do PIB entre 1960 e 1973), o que tornava o seu argumento sobre inflação uma denúncia mais ou menos explícita do regime»⁴²

Assim, o brusco aumento de preços sentido pelas classes trabalhadoras estaria no centro das discussões políticas e seria transportado para o interior dos locais de trabalho.⁴³

Na TAP foram também experimentadas outras modalidades de luta. As chamadas greves de «zelo» e as greves «de cantina» preencheram os primeiros anos da década de setenta. A título de exemplo, julgamos relevante mencionar um episódio testemunhado por José Marcelino, eletricista do DME da TAP. Em 1971, a Administração decide aumentar exponencialmente o preço do café na cantina da empresa, provocando uma resposta enérgica dos trabalhadores. Primeiramente, começam por adquirir uma cafeteira, rejeitando, depois, a utilização do refeitório para as suas refeições. Segue-se a elaboração de um abaixo-assinado exigindo melhores condições de trabalho que, granjeando apoio e solidariedade em toda a classe, em pouco tempo alcança 600 assinaturas, cifra significativa tendo em conta o teor do protesto. A resposta da Administração não tardaria, forjando um novo regulamento ainda mais limitador no que à utilização do refeitório dizia respeito, o que, naturalmente, frustraria a expectativa dos trabalhadores.

Tendo em contra as debilidades sentidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, seria o Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aviação e Pescas, a quem agora caberia «dirigir» a negociação do novo ACT da TAP, partido deste a proposta de criação de uma Comissão Sindical, responsável pelas negociações.

A 28/09/1972 começariam as negociações para a revisão ordinária do ACT, numa proposta conjunta elaborada pelos seguintes sindicatos:

⁴² NORONHA, Ricardo (2010), *Inflação e contratação coletiva*, in *O Estado Novo em questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira, Lisboa, Edições 70, pp.254

⁴³ Idem, *ibidem*, pp.234

- Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aviação e Pescas
- Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.
- Sindicato Nacional dos Eletricistas do Distrito de Lisboa
- Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Lisboa
- Sindicato Nacional dos Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa.

Entretanto, a junho de 1972, o Governo havia feito passar o Decreto-Lei 196/72, aumentando assim o prazo de duração obrigatória das tabelas salariais inseridas nos acordos coletivos de trabalho. Invocando o combate à inflação, o texto do novo diploma afirma ser necessário:

«estabelecer o prazo de dois anos para a revisão convencional das tabelas de salários, evitando o sobressalto de constantes reivindicações e alterações»⁴⁴

Ademais, e no tocante às restantes cláusulas dos contratos coletivos de trabalho:

«[...] as que estipulem regalias ou vantagens, e também obrigações complementares -, só serão, neste período conjuntural, revisíveis quatro anos passados sobre a entrada em vigor da convenção.»⁴⁵

A contraproposta da Administração tardaria, ultrapassando largamente os prazos legais para o efeito, levando a Comissão Sindical a requerer uma tentativa de conciliação à Corporação dos Transportes e Turismo (CTT). A 29/12/1972, três meses após a proposta da Comissão Sindical, chegaria, finalmente, uma contraproposta por parte da

⁴⁴ Decreto-Lei n.º 196/72, N.º 5, de 12 de junho

⁴⁵ Idem, ibidem

Administração da TAP, fazendo-se acompanhar de um pedido de impugnação do processo de conciliação, requerido junto do Juiz-Presidente da Junta Disciplinar da Corporação. A hostilidade deste ato foi sentida no seio dos trabalhadores, motivando uma resposta inflamada por parte da Comissão Sindical. Por duas vezes a Comissão Sindical iria comparecer na sede da Comissão dos Transportes e Turismo para a reunião de tentativa de conciliação, e por duas vezes a Administração da TAP faltaria à chamada, não enviando qualquer representante.

Finalmente, no dia 03/03/1973 teria lugar, na sede da Corporação de Transportes e Turismo, a primeira reunião, seguindo-se três outras, a 14/03/1973, a 20/03/1973 e a 23/03/1973. O resultado saldou-se num impasse, terminando a ronda negocial com ambas as partes trocando acusações. É sobretudo a partir da segunda reunião, a 14 de março, que a esperança na obtenção de um acordo que acomodasse os legítimos anseios dos trabalhadores começa a esmorecer. A Corporação de Transportes e Turismo iria caucionar a posição da Administração, considerando que a sua contraproposta seria assim considerada, isto apesar do prazo legal ter sido largamente transposto. A resposta surgiria rapidamente. Malograda a tentativa de conciliação, a Comissão Sindical decide recorrer à arbitragem, a última via legal ao seu alcance. Assim, no dia 11/04/1973 a CS decide designar o jovem advogado Jorge Sampaio para representante dos trabalhadores, sendo coadjuvado pelo economista Francisco Pereira de Moura.

Por esta altura já os principais jornais do país noticiavam as tensões existentes na TAP, espelhando a dimensão que o conflito havia tomado. Aproveitando a mediatização do acontecimento, a CS decide convocar uma conferência de imprensa, com o objetivo de explicar aos trabalhadores do país o que estava verdadeiramente em causa nessa negociação, mostrando assim que a importância da luta dos trabalhadores da TAP extravasava largamente o âmbito da empresa. Tendo sido alertado para o facto, o Ministério das Corporações emite um comunicado reprimindo esta ação, considerando-a um ato hostil.

Consciente da sua missão e fortemente vinculado aos compromissos assumidos com a classe, a CS decide abrir o diálogo com os trabalhadores em duas reuniões na Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, a 11/04/1973 e 07/05/1973.

Amplamente participada, totalizando 1600 trabalhadores, as reuniões deixariam um importante lastro nas lutas que se seguiriam na empresa. Nelas seria elaborado e posto em circulação um documento no qual se pretendia denunciar o desvirtuamento dos factos por parte da administração, e que, pelo seu conteúdo, poria termo à tentativa de paz social imposta por decreto. A circular inclui um conjunto de pontos, distribuídos por duas tabelas, nos quais são apresentados os factos apresentados pela administração, de um lado, e a posição dos trabalhadores, do outro. Procuraremos, de forma sucinta, sintetizar essas divergências.

O que alega a Administração	O que afirma a Comissão Sindical
Os sindicatos solicitaram o pedido de revisão do ACT a 28 de setembro de 1972	O pedido de revisão do ACT foi entregue à Comissão Corporativa a 26/04/1972, tendo esta reunido em duas ocasiões, no mês seguinte, e deliberado que revisão se iniciaria a 01/10/1972.
Embora apresentando objeções à proposta, a Administração mostrou-se disponível para negociar, por via corporativa e, consequentemente, solicitou a prorrogação do prazo por sessenta dias aos sindicatos e remeteu o mesmo pedido ao INTP.	As objeções da TAP prendem-se com os valores das tabelas salariais proposto pela CS; A invocação do Decreto-Lei 196/72, ratificado a 14/06/1972 que, segundo a CS, não tem qualquer interferência no processo em curso, uma vez que a sua publicação é posterior ao pedido de revisão. Quanto ao pedido de prorrogação, este não respeita a observância da lei, porquanto esta prevê o pedido de prorrogação ao INTP apenas e só após a consulta e aprovação prévia dos Sindicatos

	outorgantes, o que, no caso, não se verifica.
Os sindicatos solicitaram uma tentativa de conciliação à Corporação de Transportes e Turismo, a 21 de setembro, fundamentando que a TAP não apresentara a sua contraproposta dentro dos prazos legais	Essa fundamentação é incontestável, uma vez que, factualmente, esse prazo tinha sido largamente ultrapassado
Tendo o Juiz Presidente da Junta Disciplinar considerado improcedente o pedido de tentativa de conciliação, a Administração propõe que se retome as negociações ordinárias.	A TAP não apresentou qualquer contraproposta devidamente fundamentada como determina a o Artº 12, nº3 do Decreto-Lei 492/70.
Em novo pedido de tentativa de conciliação por parte dos sindicatos, a TAP requer nova impugnação. Desta vez, a 21 de fevereiro de 1973, o Juiz Disciplinar da Corporação alega que o pedido da Administração ocorre fora do prazo e ratifica o pedido de conciliação.	A CS não lamenta, antes saúda, a decisão do Juiz Disciplinar na decisão tomada de acordo com o estabelecido na Lei.
Os sindicatos insistem que todas as cláusulas do ACT deveriam ser revistas. A TAP sustenta que apenas o valor das remunerações deve ser revisto no ano de 1973, remetendo a revisão do restante clausulado para o ano de 1975.	A TAP mente deliberadamente, sabendo que a Lei na qual sustenta esta decisão entrou em vigor após o início do processo de revisão do ACT.

A 30/06/1973, em nova reunião na Voz do Operário, é feito um ponto de situação em relação à atuação da Comissão Arbitral e são também tomadas posições quanto às

tabelas salariais. Dias depois, o Tribunal Arbitral delibera sobre a questão da aplicação do Decreto 196/72, significando, na prática, que apenas as matérias salariais seriam alvo de negociação, originando um voto de vencido por parte do arbitro sindical. Em resposta, a CS decide ouvir a classe, distribuindo novo comunicado:

[...] É do conhecimento geral que a Comissão Corporativa decidiu em maio de 1972, e por unanimidade, que o acordo deveria ser revisto totalmente. Assim, iniciou-se um processo com vista à Revisão Total que fora julgada oportuna, não só pelos Sindicatos, mas também pelo Governo e pela TAP.

[...] entretanto, os lucros da TAP, esses não param de subir. Mas são para os capitalistas, embora nos queiram fazer crer do contrário! Quanto ao custo de vida, esse não sobe ... esse, trepa a olhos vistos e, por isso, os nossos salários tornam-se cada dia mais insuficientes e insignificantes.

[...] Uma vez que a decisão arbitral foi favorável à TAP (claro!) só os salários vão ser revistos. Por isso eles têm de ser o que nós reivindicamos porque consideramos absolutamente indispensáveis para as exigências da vida atual. Mas cautela, trabalhador, porque o processo já demonstrou que se quisermos obter os salários que reivindicamos temos de os conquistar.

Quando os Sindicatos apresentaram a sua proposta de Revisão do ACT os salários foram vistos de forma a permitir ao trabalhador:

- Maior período de férias*
- Redução de tempo de trabalho*
- Proteção do trabalhador contra despedimentos sem justa causa*
- Proteção na doença, na reforma, na invalidez, etc, etc* ⁴⁶

⁴⁶ Livro Branco: A.C.T. da TAP 1973/ Comissão Sindical da TAP, pp. 43

Como bem ilustra o comunicado, as exigências dos trabalhadores da TAP extravasavam em larga medida a revisão das tabelas salariais, antecipando um caderno reivindicativo que só a democracia conseguiria satisfazer.

O ponto de viragem em todo o processo chegaria em junho desse ano, com as posições cada vez mais crispadas de ambas as partes a motivarem a cisão definitiva. A aparente tolerância demonstrada pelo Governo no início das negociações cairia de forma abrupta, a 11 de julho de 1973. Marcada nova assembleia de trabalhadores para essa data, a CS é informada pelo Governo Civil da sua proibição, por indicação do Ministério das Corporações, e são mobilizadas forças de intervenção da PSP de molde a impedir a concentração de trabalhadores.⁴⁷

Assim, por volta das 20:30, quando chegam os primeiros elementos da CS ao Largo da Graça, já muitos trabalhadores haviam sido impedidos de entrar das instalações da Voz do Operário. Começa então a ser distribuído um comunicado a todos os trabalhadores que haviam afluído ao local:

COLEGAS!

Segundo comunicação telefónica de hoje, do Governo Civil de Lisboa, e depois pessoalmente confirmada, a reunião de trabalhadores TAP marcada para esta noite na VOZ DO OPERÁRIO foi proibida depois de ouvido o Ministério das Corporações.

PORQUÊ? RAZÕES? FUNDAMENTOS?

Ignoramos.

Discutir um ACT que a todos os trabalhadores TAP diz respeito é um acto (devia ser um ato) normal, justo e legal. Os sindicatos promoverem reuniões

⁴⁷ Livro Branco: A.C.T. da TAP 1973/ Comissão Sindical da TAP, pp. 44

para informar e esclarecer a classe é um procedimento (devia ser um procedimento) corrente e é tudo o quanto há de mais legítimo.

QUAL A FINALIDADE DO IMPEDIMENTO?

Ignoramos.

Mas porque se trata dum atropelo aos nossos direitos de trabalhadores - e uma contradição com princípios oficialmente proclamados - consideramos a proibição como uma arbitrariedade.

COLEGAS!

*O MOMENTO EXIGE UNIDADE. A UNIDADE INDICANOS O CAMINHO DA AÇÃO. A JUSTIÇA DOS NOSSOS DIREITOS SERÁ RECONHECIDA.*⁴⁸

A partir daí tudo se precipita, com a PSP a usar a força para dispersar os trabalhadores. Dando mostras da sua união, os trabalhadores decidem rumar ao aeroporto e desenvolver a sua jornada de luta no seu local de trabalho. Já na aerogare a situação agudiza-se e a carga policial sobre os trabalhadores sobe de intensidade, verificando-se, como resultado imediato, a destruição dos balcões da TAP, onde estes se haviam protegido. O balanço desse dia tenso salda-se igualmente na detenção do comandante Magalhães e Silva, entregue à DGS, e no registo de mais de uma centena de feridos, entre trabalhadores e passageiros em trânsito.

No dia seguinte, segue-se nova jornada de luta, em resposta aos acontecimentos da véspera. Exigindo explicações por parte da Administração, reúnem-se em frente do edifício 25 (sede da TAP) cerca de 5000 trabalhadores. As horas passam, sem que ninguém da Administração ouse dar explicações. A espera saíria frustrada, e o pior dos

⁴⁸ Livro Branco: A.C.T. da TAP 1973/ Comissão Sindical da TAP, pp. 45

cenários haveria de confirmar-se. Nova investida da polícia de choque, que irrompe nas instalações da TAP e se lança numa onda repressiva ainda mais violenta que a do dia anterior. O número de feridos engrossa, e, já ao fim da tarde, começa a circular a notícia, ainda sem confirmação, da morte de um trabalhador. Na sequência dos acontecimentos, é distribuído novo comunicado aos trabalhadores:

Descrever os trágicos incidentes ocorridos, depois de disparar centenas de tiros e agressões violentíssimas, é quase impossível, até porque, há de se fazer o balanço geral.

Espancados foram muitas dezenas de trabalhadores da TAP (homens e mulheres), sendo alvejados e invadidos edifícios do aeroporto e atingidas várias viaturas. Numerosos feridos receberam tratamento hospitalar, tendo alguns evitado este estabelecimento para evitar outras consequências. No Hospital de Santa Maria encontra-se internado na sala de observações o colega Carlos da Silva Fernandes, ferido a tiro e com fratura malar. Com golpes profundos foram ainda assistidos outros trabalhadores. [...]

*Comentários para quê? E cada trabalhador sente-se que podia estar no lugar do Carlos Fernandes. Um só propósito nos deve unir neste momento: manifestar com firmeza as nossas justas reivindicações. [...]*⁴⁹

Também os estudantes se solidarizam com a luta dos trabalhadores da TAP, repudiando as ações deletérias do Governo e a atuação da polícia a seu cargo.

Porque na 4ª feira a polícia de choque impediu à pancada uma reunião de trabalhadores da TAP na Voz do Operário, onde se iam discutir as reivindicações dos trabalhadores, 2000 operários da TAP concentraram-se

⁴⁹ Documento «Comunicado», Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

ontem, 5ª feira, nos hangares do Aeroporto decididos a fazerem mesmo a reunião. [...]

Os assassinos a soldo do governo dos capitalistas dispararam então rajadas de metralhadora, MATANDO UM OPERÁRIO E FERINDO MUITOS. [...]

Os estudantes que na universidade e nos liceus têm denunciado a exploração e opressão de que são alvo os trabalhadores portugueses têm também sido, por isso, ferozmente reprimidos pelo governo, que há precisamente 9 meses assassinou a tiro em Económicas José António Ribeiro Santos.

NÓS ESTUDANTES RESPONDEMOS ENTÃO VIOLENTAMENTE NA RUA, VIGIANDO O NOSSO CAMARADA MORTO!

NÓS ESTUDANTES RESPONDEREMOS AGORA, NA RUA, AO LADO DOS TRABALHADORES, VIGIANDO A MORTE DE MAIS UM COMBATENTE DA CAUSA DO POVO PORTUGUÊS.⁵⁰

Os eventos de dias 11 e 12 não passam despercebidos, nem em Portugal, nem fora do País. Internamente, vários movimentos e partidos oposicionistas, nomeadamente, o PCP, o CDE e o MRPP, emitem comunicados condenando os «atos de terror» do governo e procurando, através destes, arregimentar os seus militantes de molde a intensificar a sua ação junto dos trabalhadores nas fábricas e nos locais de trabalho, como demonstra o documento emitido pelo Movimento CDE de Lisboa:

Neste momento ocorrem em Lisboa graves incidentes que atingem, em especial, largas camadas de trabalhadores. Ninguém pode ficar indiferente ao que está a suceder.

[...] Quando, no dia 12, pelas 13 horas, cerca de 2000 operários reunidos no seu local de trabalho analisavam os acontecimentos da véspera e exigiam

⁵⁰ Documento sem título, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

uma resposta da administração da Companhia, foram vítimas de um brutal ataque da polícia de choque que os espancou [...] PROVOCANDO NUMEROSOS FERIDOS, ALGUNS EM ESTADO GRAVE, E A MORTE DE, PELO MENOS, UM TRABALHADOR [...]

[...] CONTRA A REPRESSÃO DA PSP E DA PIDE!

[...] PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!⁵¹

O MRPP, através da FEML, sua estrutura estudantil, repudia igualmente os acontecimentos na TAP, através de um panfleto posto a circular nos dias seguintes:

Dói-nos o coração e a alma! Um digno filho da grande classe operária foi cobardemente assassinado. Os verdugos da classe operária e do Povo cometeram mais um odioso crime. O sangue forte e generoso do heroico operário da TAP clama vingança. [...] A sua morte é para nós a morte de um irmão, de um amigo íntimo e querido, dum mártir da Revolução Popular.⁵²

Tal como o CDE, também o MRPP fala do assassinato de um operário, procurando relacioná-lo com o assassinato do seu militante Ribeiro dos Santos, alguns meses antes.⁵³

Também no plano internacional ressoam os eventos dramáticos de 11 e 12 de julho, como comprova a troca de correspondência entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Interior. A 18 de outubro é enviada uma carta pelo presidente da Flight Engineers International Association à embaixada de Portugal em Washington. Mostrando-se incomodado com a violência arbitrária utilizada sobre os trabalhadores, o Presidente dessa instituição adverte igualmente para a importância que o setor do turismo tem para a economia portuguesa, papel para o qual terá contribuído a sua companhia de bandeira e cujos recentes eventos poderiam comprometer. Rapidamente, a

⁵¹ Documento A POLÍCIA ASSASSINOU UM OPERÁRIO, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

⁵² «À Luta Camaradas! O sangue generoso da classe operária clama vingança! Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, s.d

⁵³ «Ao Povo Português. Correu sangue operário nas oficinas da TAP. Vingamos os camaradas caídos! Morte aos Carrascos do Povo!», Comité Lenine do MRPP, 16/07/1973

Embaixada faz chegar o ofício ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, o qual é expedido para o Ministério do Interior. Já a 27 de setembro havia chegado uma carta na qual se sinaliza o mal-estar no seio dos sindicatos que controlam a assistência aos aviões da TAP, no aeroporto de Schiphol. A informação havia sido veiculada pela Embaixada de Portugal em Haia e, posteriormente, endossada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. A resposta do Diretor-Geral da PIDE-DGS chega no dia seguinte. Nela são omissas quaisquer referências aos eventos de 11 e 12, cabendo apenas um desmentido telegráfico:

Relativamente ao assunto do ofício de V. Ex^a em referência, tenho a honra de informar que, no tocante à morte dos dois empregados, a notícia é falsa. ⁵⁴

Também o *Avante!*⁵⁵ noticia, no seu número de setembro de 1973, a solidariedade do Sindicato do Pessoal da Air France com os trabalhadores da TAP, endereçando para o efeito uma carta à Embaixada de Portugal em Paris. Nela se protesta em nome dos seus afiliados contra a repressão policial, apontando o dedo ao diretor da TAP e exigindo a libertação imediata dos trabalhadores presos.

Ainda durante o dia 12 de julho, a Comissão Sindical seria convocada para comparecer no Ministério das Corporações para prestar esclarecimentos. Como esperado, o Ministério, procurando encobrir a ação do governo e da polícia, apontaria a CS como responsável direta pelo sucedido, alertando para as sanções a aplicar caso não fossem assacadas as devidas responsabilidades.

Dias depois, a CS tentaria reunir os seus afiliados novamente, dia 19, na Voz do Operário, mas a mesma havia recebido indicações para declinar a cedência do recinto para a realização do plenário. Gorada a primeira opção, a CS tentou a realização da assembleia no Clube Atlético de Campo de Ourique, recebendo nova resposta negativa. Com efeito, a direção do Clube havia sofrido intimidações de várias ordens, recebendo, inclusive, ameaça de lhe ser retirado o subsídio anual por parte do Ministério da

⁵⁴ Documento sem título - Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS, SC, CI (2) 5015, NT 7377-B

⁵⁵ *Avante!* n.º 457, setembro de 1973

Educação. A 26/07/1973, e como consequência da homologação da decisão arbitral, os trabalhadores reúnem finalmente em plenário, na Voz do Operário.

Dois dias antes saíra a deliberação final da Comissão Arbitral que, como se esperaria, iria inclinar-se para a posição da Administração. De todas as propostas apresentadas, apenas a revisão da tabela salarial⁵⁶ teria luz verde. A fundamentação apresentada escudara-se na entrada em vigor do Decreto 196/72, que, na prática, passa a estabelecer um prazo de 4 anos para a possibilidade de revisão de acordos coletivos em matérias extrassalariais.

*[...] Com efeito, quando, em 29 de setembro de 1972, foi apresentada pelos sindicatos a proposta de revisão integral do ACT, não havia ainda decorrido o prazo de 4 anos a que a nova lei passou a sujeitar a possibilidade de revisão das cláusulas convencionais não relativas a contribuições mínimas. Os sindicatos só não estariam sujeitos a este prazo de 4 anos na tentativa de revisão do acordo no seu todo, se, em 12 de junho de 1972 – data da entrada do Decreto-Lei nº 196/72 – já estivesse a correr o processo de alteração do acordo [...].*⁵⁷

Assim, o ACT viria a consagrar aumentos salariais em praticamente todas as categorias profissionais:

- Grupo A (Chefe de Divisão, Adjunto de Divisão, Chefe de Secção, Chefe de Mecânicos, Mestre de Oficinas) aumento de 15%;
- Grupo B (Licenciados em Direito e Economia, Engenheiros e Programadores) aumento de 1500 escudos, e nas restantes categorias do mesmo grupo (Contabilista e Assistente Social), de 1400 escudos.
- Comandante, aumento de 2100 escudos
- Of. Piloto, aumento de 1500 escudos
- Of. Voo, aumento de 1400 escudos

⁵⁶ Referente às contribuições mínimas

⁵⁷ Livro Branco: A.C.T. da TAP 1973/ Comissão Sindical da TAP, pp. 57-58

- Comissários de Bordo, aumento de 1000 escudos

Para além do aumento do salário base, o ACT previa também um aumento de 20% da hora de voo da chefia de cabine.

No voto de vencido apresentado por Jorge Sampaio, o jovem advogado aponta para o carácter genericamente positivo do ACT agora celebrado, identificando-lhe, todavia, algumas fragilidades. Começa por alertar para o equilíbrio financeiro da companhia que, com as medidas aprovadas, poderia ficar seriamente comprometido. Não deixando de enaltecer a justiça desses aumentos, na medida em que comportariam uma melhoria significativa na vida dos trabalhadores, acrescenta, porém, que a atualização das tabelas salariais, somada às remunerações de carácter variável, implicaria um aumento das despesas fixas na ordem dos 200 milhões de escudos. A verificar-se esta previsão, acrescenta, a companhia poderia ver-se obrigada solicitar ao Estado um auxílio financeiro de molde a reequilibrar as suas contas.

Para além desta preocupação, Jorge Sampaio apresenta duas objeções ao acordo celebrado: a eliminação de nove escalões remuneratórios; e a obrigação imposta à TAP de equiparar, em matéria de remunerações, os trabalhadores nacionais e os estrangeiros contratados para o desempenho das mesmas funções.

Os trabalhadores da TAP teriam de esperar pouco mais de um ano para que a totalidade das suas reivindicações fosse, pela primeira vez, realmente considerada. Para trás ficara um longo processo de luta e resistência que iria servir de modelo reivindicativo em todo o Processo Revolucionário na TAP e em muitos outros locais de trabalho.

CAPÍTULO III

«SÓ LUTANDO VENCEREMOS»: AS LUTAS SOCIAIS NA TAP DURANTE O PREC.

3.1 O 25 de abril de 1974: Do Golpe de estado à Revolução.

A 25 de abril de 1974 o regime do Estado Novo cai de forma abrupta e imprevista. O processo de emancipação dos povos africanos, que daria início a uma guerra longa e violenta, estaria, depois, na origem do rompimento da cadeia hierárquica das Forças Armadas, provocando a sublevação da oficialidade intermédia. Assim, em meia dúzia de horas, a mais longa ditadura da Europa cairia, quase sem resistência.

Apesar das várias tentativas engendradas pelos militares ao longo de várias décadas, ninguém poderia antecipar a ocorrência de um golpe de estado com dia e hora marcados, e muito menos prever que um regime que a dada altura parecia eterno haveria de ruir em algumas horas.

Os acontecimentos de dia 25 gozariam de imediata adesão popular. Numa clara manifestação de apoio à intervenção que estava a ser levada a cabo, a população correu para as ruas, desobedecendo às indicações do próprio MFA. Os objetivos de quem acorreu ao Carmo e cercou a sede da PIDE estavam essencialmente direcionados para a condenação do regime fascista deposto e para o fim da guerra colonial, matizando-se no desejo profundo de democratização da sociedade portuguesa. O dia 25 de abril de 1974 serviria, assim, de antecâmara para o grande movimento de massas guardado para a semana seguinte, nas comemorações do primeiro 1º de maio em liberdade.

No que respeita ao processo de radicalização da revolução portuguesa, importa assinalar a conjuntura económica em que ele se insere. A grande crise do sistema capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial estabeleceu-se como a maior crise de acumulação em largas décadas. A forte dependência da economia portuguesa, sobretudo

face à flutuação dos preços das matérias-primas energéticas, deixou o País especialmente exposto a uma situação de crise económica⁵⁸. O aumento do preço dos combustíveis e dos bens essenciais seria sentido quase de imediato, agravando ainda mais a situação já débil das classes trabalhadoras. A agitação social que se vinha sentindo nos últimos anos do Marcelismo irá acentuar-se com esta conjuntura económica desfavorável.

À crise económica devemos acrescentar outros fatores igualmente decisivos para a radicalização do processo revolucionário. Importa, então, colocar em perspetiva duas leituras distintas na historiografia que se vem produzindo sobre o período.

A classe operária e os pequenos assalariados pressentiram o vazio de Poder e a fragilidade do aparelho coercivo do Estado e tornaram-se sujeitos políticos fundamentais de todo o processo de transformação social, numa dinâmica que Rafael Durán Muñoz definiu como «perceção coletiva de oportunidade». Uma oportunidade, acrescenta, para «transgredir»⁵⁹. Por outro lado, será pertinente avançarmos com uma outra leitura dos acontecimentos, socorrendo-nos do estudo desenvolvido por Ricardo Noronha. Ao assumir um carácter transgressor, as classes trabalhadoras desafiaram a «normalidade» na qual assentava a autoridade e na qual residia a noção de soberania⁶⁰. Assim, o autor defende que os conflitos sociais ocorridos neste período «assumem-se mais como causa e não como consequência da crise de autoridade do Estado»⁶¹.

A primeira grande manifestação popular ocorreu no 1º de maio de 1974. Centenas de milhares de pessoas acorrem à avenida Rio de Janeiro, em Lisboa, para participar no grande comício no estádio da FNAT (mais tarde rebatizado «Estádio 1º de maio»). Para além de Álvaro Cunhal e de Mário Soares, discursam vários dirigentes sindicais, entre os quais destacamos António Santos Júnior e Jerónimo Franco, ambos trabalhadores da Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP. Santos Júnior, que havia sido substituído

⁵⁸ NORONHA, Ricardo (2023). *The Political Economy of the Carnation Revolution (1974–75): A World-Systems Analysis*. Journal of World-Systems Research, 29(2), 351–376.

⁵⁹ MUÑOZ, Rafael Durán (2023); *Contenção e Transgressão; As Mobilizações Sociais e o Estado Nas Transições Espanhola e Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.

⁶⁰ NORONHA, Ricardo (2019), *A Real State of Exception: Class Composition and Social Conflict during Portugal's Carnation Revolution, 1974-1975*. Critical Historical Studies, pp.109

⁶¹ Idem, ibidem, pp.109

por Jerónimo Franco na presidência dos Sindicatos dos Metalúrgicos, em 1973, após ser destituído pelo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa, faz um importante discurso, sendo depois interrompido pela assistência e impedido de continuar. Viviam-se ainda os primeiros tempos de uma mudança drástica na sociedade portuguesa, mas já se anteviam algumas divisões que o processo revolucionário viria a confirmar. A intervenção de Santos Júnior seria, posteriormente, transcrita e publicada em alguns jornais nos dias seguintes. Nela pode ler-se:

(...)

A exploração irá continuar?

As Caixas de Previdência vão continuar a estar ao serviço dos capitalistas e dos colonialistas ou vão passar a estar nas nossas mãos e portanto ao serviço do todo o povo?

Será que muitos de nós vão continuar em casas miseráveis ou em barracas enquanto outros vivem em luxuosas vivendas que são autênticos palácios?

Será que vamos continuar a perder longas horas do nosso dia em transportes incómodos e cada dia mais caros, enquanto outros têm vários automóveis, qual deles mais caro e com os seus motoristas particulares?

Será que as escolas dos nossos filhos vão continuar a ser fábricas e oficinas ou será que as escolas neste país se vão finalmente abrir para todos os filhos do povo?

Será que a Guerra e exploração coloniais vão continuar?! (...)⁶²

⁶²O discurso do MES silenciado no 1º de Maio de 1974 – António Santos Júnior, <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/10/23/o-discurso-do-mes-silenciado-no-1%C2%BA-de-maio-de-1974-antonio-santos-junior/>

Este discurso procura, assim, traduzir as inquietações mais imediatas dos trabalhadores portugueses relativas, nomeadamente, à falta de liberdade de associação e organização, aos baixos salários e à inexistência de um sistema de Previdência que a todos acudisse. O seu discurso e o de outros dirigentes sindicais são, em larga medida, mais radicalizados que o dos próprios políticos presentes, apelando abertamente a uma transformação drástica das relações de produção capitalista, num desígnio fundador daquilo que viria a ser denominado como «via portuguesa para o socialismo».

Quase de forma imediata os trabalhadores manifestam enorme repúdio por todo o aparato repressivo do regime deposto, ao qual se juntará paulatinamente uma repulsa não reprimida à figura do «patrão». De facto, para além das reivindicações mais materiais, as classes trabalhadoras começavam a exigir outras, de carater eminentemente político, que incluíam o saneamento das cúpulas diretivas e também de quadros intermédios das empresas, tidas como aliadas do regime fascista.

Façamos agora, de forma concisa, a cronologia dos primeiros meses após o Golpe de 25 de abril, partindo do estudo de Miguel Pérez Suarez⁶³, que nos mostra a adesão imediata dos trabalhadores a novas formas de luta e de mobilização. Logo na primeira semana em liberdade circulam notícias das primeiras lutas nas empresas, particularmente na região da grande Lisboa. Dia 30 de abril é interrompido de forma inusitada um programa da emissora católica, Rádio Renascença, desencadeando um importante conflito laboral. Nesse mesmo dia, os trabalhadores da Mague, empresa da indústria metalomecânica, veem atendidas as suas reivindicações, terminando assim uma greve que decorria desde dia 25. Dias 2 e 5 de maio, reúnem-se em plenário, respetivamente, os trabalhadores da TAP e dos CTT. Os primeiros exigindo o saneamento da administração e os segundos, numa assembleia que junta dez mil trabalhadores, elegendo uma comissão

⁶³SUAREZ, Miguel Àngel Perez, (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, pp.55,56

sindical notoriamente radicalizada. No que concerne à TAP, trataremos de analisar a sua situação de forma detalhada, mais à frente.

De 6 a 12 de maio a conflitualidade laboral agudiza-se na cintura industrial da grande Lisboa. Timex, CUF, Siderurgia Nacional e Lisnave iniciam paralisações da sua produção, elegem as suas comissões sindicais e adotam um repertório reivindicativo comum, que inclui, para além do saneamento das administrações, o aumento dos salários e a melhoria das condições de trabalho. Na semana seguinte as greves espalham-se a praticamente todo o território. Da indústria dos lanifícios à indústria mineira, da construção civil à indústria pesqueira, da indústria da construção naval ao setor dos transportes, a produção pára, dando lugar à contestação. O pico de greves é atingido na semana de 20 a 25, contabilizando-se 97 paralisações, segundo dados recolhidos por Orlando Neves.⁶⁴ O país acorda para uma nova realidade política e os trabalhadores sentem que têm o futuro nas suas mãos.

3.2 As novas formas de organização de massas.

À margem dos sindicatos surgem as Comissões de Trabalhadores, criadas de forma espontânea, ao sabor de cada momento, constituindo-se rapidamente como parte de um novo repertório de luta que então se perfilhava. Organizando-se em praticamente todas as grandes empresas do país, vão adotando diferentes denominações e formas de eleição, tendo em comum o facto de nascerem da organização e da mobilização dos trabalhadores e de terem ao leme os seus membros mais radicalizados. Quanto ao seu modelo organizativo, ele vai tomando várias formas, generalizando-se aquele utilizado nas empresas da cintura industrial de Lisboa, cujas CT são formadas por delegados eleitos por setor. Noutras, a CT é eleita pelos trabalhadores, por serviço e turno, sendo os eleitos

⁶⁴ NEVES, Orlando in *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias, 1978

submetidos, posteriormente, ao voto em assembleia geral. Há ainda outras que se vão constituindo na sequência de conflitos circunstanciais e que se vão legitimando gradualmente, merecendo posteriormente a confiança dos trabalhadores.

A autonomia e a força das CT assustam o patronato, mas também o PCP, que lhe vê fugir parte da sua base de apoio nas empresas para movimentos e organizações que não pode nem consegue controlar. O partido vai, assim, desenvolver uma linha política mais moderada, apostando no robustecimento da Intersindical, na qual o PCP mantinha uma influência hegemónica. Pese embora continue a disputar protagonismo nas CT, continuará a privilegiar a organização sindical e a desincentivar outras formas de organização e/ou outro tipo de práticas à margem desta, como sugere a seguinte afirmação de José Vitoriano, membro do Comité Central do PCP, em outubro de 1974 no VII Congresso do partido:

*«Porque irão então os trabalhadores portugueses, que têm estado unidos, que têm atrás de si todo um passado de luta sindical unitária sob as difíceis condições do fascismo, que dispõem já hoje de uma Intersindical que agrupa cerca de 220 sindicatos com mais de 2 milhões de trabalhadores, porque iriam os trabalhadores portugueses, dizia, dividir-se em sindicatos comunistas, socialistas, católicos e outros (...)»*⁶⁵

Com efeito, grande parte das greves que ocorrem nos primeiros meses após o golpe de 25 terá a oposição do PCP, que defende intransigentemente a ordem social em detrimento do caos, defendendo que este apenas beneficiaria as forças da reação.⁶⁶

O posicionamento político-ideológico das Comissões de Trabalhadores e a forma de luta defendida em cada momento estarão intimamente ligados ao contexto político das

⁶⁵ VITORIANO, José, *Os Sindicatos e os Trabalhadores*, In *Avante!*, Série VII, 21 de Outubro de 1974, pp. 7.

⁶⁶ VALENTE, José, *O Movimento Operário e Sindical (1970-1976): entre o Corporativismo e a Unicidade*. In BRITO, J.M. Brandão, *O País em Revolução*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 241

sucessivas crises do PREC (julho e setembro de 1974, março e julho/agosto de 1975), à correlação de forças que ela promove entre os diversos projetos revolucionários e a sua influência junto dos trabalhadores. Essa influência que a esquerda radical promove nas Comissões de Trabalhadores assume-se quase desde o início do processo revolucionário, mas, irá agudizar-se a partir de fevereiro de 1975.

Dia 7 desse mês tem lugar uma manifestação contra o desemprego, convocada pela Interempresas - organismo que federava vinte e cinco Comissões de Trabalhadores pertencentes a algumas das grandes empresas do país –, sendo a sua realização declarada ilegal pelo Governo, a pretexto de coincidir com o exercício das forças da NATO ao largo da costa portuguesa. Não obstante, a manifestação acabaria por realizar-se, conseguindo juntar mais de 40.000 trabalhadores que se manifestariam à porta do Ministério do Trabalho. É a partir desse momento que a correia de transmissão PCP-Ministério do Trabalho-Intersindical mais se fará notar. Será o início do período de maior influência (mas não domínio) do PCP nos locais de trabalho, que culminará com a sua primeira grande conquista política: o Decreto-Lei nº215-A/75, de 30 de abril, que se posterizou como a Lei da Unicidade Sindical.

3.3 Do consenso inaugural à rutura inevitável

A agitação social da TAP agudiza-se desde o primeiro dia. A companhia era, por essa altura, o espelho da desigualdade que se verificava na sociedade portuguesa, apesar de pagar salários genericamente mais altos que a média nacional. A diferença tornava-se ainda mais notória quando comparados os salários entre os trabalhadores de terra (operários da manutenção, serviços administrativos) e de ar (pessoal de voo), com valores a oscilarem entre os 10 e os 50 contos⁶⁷, respetivamente. A contestação dos trabalhadores

⁶⁷ O Combate. Ano I, Nº 16, 21 de julho de 1974

à administração é, de resto, anterior a 1974 e o clima tenso vai-se tornando cada vez mais perene. Agora em liberdade, os trabalhadores podem exprimir a sua revolta de forma livre e sem constrangimentos, e tudo farão para que o seu caderno reivindicativo seja atendido.

Dia 27 de abril o Aeroporto de Lisboa reabre, depois do seu encerramento a 25 e 26. O trabalho recomeça com aparente normalidade, mas, logo a dia 2 do mês seguinte, começa a desenhar-se uma nova realidade que pautará o quotidiano da empresa nos meses ulteriores. A Comissão Sindical da TAP faz então chegar à Junta de Salvação Nacional um caderno reivindicativo ambicioso, com oito pontos, que trataremos de resumir:

1. Exoneração do Conselho de Administração da TAP;
2. A sua substituição por seis elementos indicados pela Assembleia Geral dos Trabalhadores e pela Junta de Salvação Nacional (três elementos cada) que formariam uma nova Comissão Administrativa;
3. Saneamento imediato de toda a chefia nomeada pela Administração;
4. Início de um processo eleitoral com vista à escolha de novas chefias, tendo por base a exclusiva vontade dos trabalhadores;
5. Início do processo de reestruturação da companhia com vista à implementação de um sistema de Autogestão;
6. A reintegração imediata dos trabalhadores da TAP despedidos sem justa causa;
7. Abertura de um inquérito com vista ao apuramento de responsabilidades pelos incidentes de julho de 1973;
8. Supressão de todas as formas de policiamento empresarial;

Nas décadas de 60 e 70 o controlo operário era uma aspiração comum a muitos grupos e movimentos da esquerda à esquerda dos partidos comunistas de influência soviética. Todavia, o termo haveria de prestar-se a muitos equívocos, confundindo-se muitas vezes com os termos «cogestão» e «autogestão». Nem todos falavam do mesmo quando falavam de controlo operário. Em Portugal, no biénio 1974-1975, o termo «controlo operário» seria bastante utilizado por partidos, sindicatos e trabalhadores, não sendo inteiramente perceptível se com isso se procuraria aludir à participação na gestão ou ao controlo sobre a produção e a distribuição. No caso da TAP, não é inteiramente claro

aquilo que se defende no caderno reivindicativo apresentado à JSN, uma vez que ulteriormente outros termos serão utilizados.

O ambiente de discórdia instaura-se logo nas primeiras semanas de maio, nomeadamente no que concerne à reorganização da empresa. O processo de formação da nova Comissão Administrativa (CA) - composta por três elementos eleitos pelos trabalhadores e quatro nomeados pela Junta de Salvação Nacional (JSN) - provocaria grande descontentamento no seio dos trabalhadores, que denunciavam o peso desproporcional do pessoal de voo (tido sempre como privilegiado em relação aos restantes setores) na constituição da nova CA. A isso juntava-se um crescente incómodo pelo protagonismo obtido pelos sindicatos na eleição dos restantes elementos. Começa, então, a desenhar-se uma disputa tripartida que oporia os diferentes organismos da empresa: sindicatos, administração e comissões de trabalhadores.

Na mesma altura é também constituído o Conselho de Trabalhadores (CT), órgão de intermediação emanado da CA, e que, por deliberação desta, seria responsável pela «reorganização de serviços, qualificações para funções de chefia e apreciação do ACT»⁶⁸. O papel desenhado para este organismo aproxima-o, cremos, das “comissões internas” criadas ainda durante o Estado Novo,⁶⁹ ficando, assim, aquém das expetativas dos trabalhadores da empresa, que esperavam ver neste organismo uma ferramenta de fiscalização da CA. A disputa pela influência junto deste organismo ocupará grande parte das disputas no seio da companhia.

É igualmente neste momento que se consolida a ação dos Comitês Operários de Base (COB), uma organização *basista* forjada no rescaldo da repressão policial de 1973, e que desempenhará um papel em tudo semelhante ao das Comissões de Trabalhadores, que, entretanto, se vão formando em várias empresas do País. A este propósito importa referir que o termo “Comissão de Trabalhadores” é omissa quer em comunicados e

⁶⁸ Combate, Ano I, Nº1, 21 de julho de 1974, pp. 2

⁶⁹ SUAREZ, Miguel Ángel Perez (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, pp.52

panfletos redigidos pela Comissão Administrativa, quer por qualquer outro organismo de representação dos trabalhadores da TAP, no período em questão.

Se é verdade que o inebriamento dos primeiros tempos de liberdade promoveu a união dos trabalhadores da TAP, também é certo que essa aparente unanimidade cedo se haveria de desfazer. Logo a 14 de junho, em resposta a um panfleto anónimo posto a circular na semana anterior, a Comissão Administrativa emite um comunicado, tentando controlar o divisionismo larvar entre os trabalhadores da companhia. O panfleto pretendia:

«alertar os trabalhadores da TAP contra uma vasta manobra demagógica dos representantes do capitalismo monopolista com vista a desarmar os trabalhadores da empresa»⁷⁰

A Comissão Administrativa refutaria as acusações de que era alvo, lembrando que jamais se havia recusado a ouvir os trabalhadores e repudiaria o uso do anonimato, método que, segundo a CA, era próprio do Estado Novo.

No mesmo dia reúne em plenário o Conselho de Trabalhadores. Sendo um órgão emanado da Comissão Administrativa, cabe ao Presidente desta fazer o balanço dos trinta e cinco dias decorridos desde a sua tomada de posse. Num discurso longo, onde vários temas afetos à companhia são abordados, o comportamento de todos aqueles que obstaculizam a transformação social na empresa merece aturada apreciação. O Presidente da CA divide este conjunto de trabalhadores em vários grupos: os «medrosos» que temem o regresso do anterior Conselho de Administração e que, por isso, suplicam por cargos na Administração; os «reacionários» que anseiam pelo regresso da anterior Administração; os «extremistas», que são acusados de não possuírem qualquer espírito de corpo e de desconhecerem o conceito de camaradagem; os «mediócras», que escondem a sua mesquinhez arvorando-se em renovadores e, por fim, os «ociosos incompetentes», desprovidos de qualquer consciência de classe.

⁷⁰ Comunicação da CA nº 11”, CA da TAP, 14-6-1974. In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, p. 111

A crispação sobe de tom, tornando-se difícil antever o desfecho das várias tensões que ali se manifestam. O estilo de linguagem utilizada revela a animosidade entre os vários atores em disputa, confirmando não só que existiam diferenças fundamentais quanto ao caminho que, coletivamente, deveria ser seguido, mas, sobretudo, que a desconfiança mútua imperava no seio da companhia.

Mas, nem todos são alvo de críticas. Graças a um pequeno núcleo de trabalhadores, acrescenta, foi possível implementar medidas importantes que a classe havia reclamando há muito tempo. Dessas, destacam-se

- *Estabelecimento de um salário mínimo de 5050\$00.*
- *Igualdade de todos quanto a duração e subsídio de férias.*
- *Concessão de uma viagem gratuita anual, com direito a reserva, nos termos já divulgados.*
- *Readmissão de empregados despedidos por motivos políticos ou sem justa causa.*
- *Anulação de todas as consequências de medidas disciplinares aplicadas ao Pessoal da Companhia até 8 de maio de 1974.*
- *Fornecimento gratuito de fardamentos.*⁷¹

Também o Conselho de Trabalhadores é visado no discurso. O seu papel junto dos trabalhadores de base assume-se de grande importância, porquanto este desempenha, junto destes, importantes ações de sensibilização, nas quais procuram inculcar os novos desígnios em prol de uma «TAP nova ao serviço de um Portugal renovado»⁷². Por fim, a questão que mais atenção merece no comunicado prende-se com a seleção de pessoal. O tom é abertamente crítico, ilustrando a desunião crescente no seio da empresa.

A TAP, como empresa eficiente, é um fracasso. Porquê? Em paralelo com um conjunto de técnicos do mais alto valor, a TAP assenta num sistema de torres de marfim onde habitam pessoas com um alto conceito de si mesmas e por

⁷¹ Doc 5. In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp.113

⁷² Idem, *ibidem*, pp.113

*força do qual consideram impróprio falar com os de baixo e dialogar com os do lado, só falando para cima para apresentar problemas que, em boa verdade, deviam resolver. [...]*⁷³

Uma matéria fundamental que urgia solução era, segundo o mesmo comunicado, a escolha dos cargos de chefia de cada departamento que, de ora em diante, seriam escolhidos pela Comissão Administrativa, consultado previamente o Conselho de Trabalhadores.

Para os setores mais radicalizados da companhia não há tempo a perder. Todas as decisões da CA eram encaradas com desconfiança e tidas como insuficientes ou desajustadas em relação às reivindicações dos trabalhadores. A inquietação vai subindo de tom, e a ideia de autogestão vai ganhando apoiantes dentro da empresa, sendo prontamente desencorajada pelo Conselho de Trabalhadores, que faz questão de lembrar que a companhia era detida em 70% pelo setor privado e que, mais cedo que tarde, os grupos monopolistas detentores da companhia tudo fariam para nomear uma nova Administração. Por esse motivo, seria precipitado pensar-se num sistema de autogestão, cogestão ou gestão participativa naquele momento, tendo em conta a correlação de forças existente.

Entretanto, o ACT continuava por negociar. A vertigem do momento levava a que o CT se visse obrigado a reforçar que a sua negociação cabia à Comissão Sindical, isto apesar das insistências dos trabalhadores mais radicalizados para que a intermediação do acordo fosse feita pelo Conselho de Trabalhadores. É importante sublinhar que este órgão era quase exclusivamente constituído por membros da Divisão de Manutenção e Engenharia, que, por esta altura, é já fortemente influenciada por um vasto leque de organizações políticas, desde logo: o PCP, o MES, o MRPP, o PRP e o PS⁷⁴.

A 20 de março de 1974 os sindicatos outorgantes do ACT haviam feito chegar à Administração uma proposta de revisão do acordo, esperando uma contraproposta até ao

⁷³ Doc 5. In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp.114

⁷⁴ SUAREZ, Miguel Ángel Perez (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, pp. 111

dia 3 de maio. Tal, contudo, não sucederia. Adensava-se, assim, a desconfiança dos sindicatos em relação à Comissão Administrativa, acusada de inércia e paralisia pelos setores mais radicais. A 27 de junho a CS decide tomar a sua proposta de alteração do ACT como base de trabalho, reunidos os seus oito sindicatos:

- *Administrativos (SNESAMMAP)*
- *Aduaneiros (SNADODPAA)*
- *Desenho (SNTD)*
- *Eletricistas (SNEDL)*
- *Engenheiros*
- *Metalúrgicos (SNTOMMDL)*
- *Químicos (SNTOIQDL)*
- *Voo (SNPVAC)*⁷⁵

No mesmo comunicado, a Comissão Sindical iria deliberar a eleição de Delegados Sindicais no local de trabalho e a formação de uma Comissão de Delegados. Apresentando esta medida como resposta ao conjunto de trabalhadores que a acusavam de imobilismo, a CS reitera a importância da sua implementação, sustentando que os sindicatos deveriam preservar a sua independência em relação a qualquer órgão do aparelho de Estado ou qualquer organização partidária:

*[...] concebemos o sindicalismo livre, os verdadeiros sindicatos, como organizações de massa, formados pelas massas, autónomas, que adoptam uma posição de classe e que, como organização de classe, democrática, se proponham atingir o seu objetivo primordial, baseados nas realidades da luta de classes e repousando numa comunidade de interesses.»*⁷⁶

Fundamental também, segundo a CS, seria garantir a união dos trabalhadores em torno de uma orientação unívoca, coordenando as atividades dos diferentes organismos e

⁷⁵ «Comunicado da Comissão Sindical da TAP» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 119

⁷⁶ «Comunicado da Comissão Sindical da TAP» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 120

assegurando a convergência das ações a realizar. Com este comunicado, a CS procuraria mobilizar os trabalhadores da TAP para o seu modelo reivindicativo.

A Comissão Administrativa, contudo, refutaria a proposta da CS, alegando que a esta caberia exclusivamente uma função arbitral nos possíveis litígios entre os trabalhadores e a Administração. Ainda que saliente o empenho demonstrado pela CS durante os últimos meses, a administração recusa a criação de uma Comissão de Delegados, uma vez que as relações administração-trabalhadores-sindicatos se haviam produzido numa base de confiança que, sugere, se degradaria com a criação daquele órgão.

A rutura definitiva haveria de acontecer a 16 de julho de 1974. Numa reunião tida com a Junta de Salvação Nacional, a Comissão Administrativa da TAP apresentaria a sua demissão. Para justificar esse pedido, a CA apresenta quatro razões determinantes:

1. *Falta de apoio governamental.*
2. *Obstrução das instituições bancárias e de crédito a todas as operações financeiras da TAP.*
3. *Animosidade e desconfiança dos Sindicatos representativos dos trabalhadores da Companhia.*
4. *Falta de apoio efectivo dos trabalhadores.*⁷⁷

Alertando para a interferência da anterior administração nos assuntos da companhia, a Comissão Administrativa acusa-a de condicionar a gestão quotidiana da empresa e minar, com isso, a confiança no seio da empresa, criando obstáculos ao plano que havia delineado para a TAP em concertação com os trabalhadores. Exemplo disso mesmo, afirma, seria o contrato deletério celebrado com a Boeing⁷⁸, vendo-se, por conseguinte, na obrigação de suportar um acréscimo de 176 contos de juros.

⁷⁷ Comunicação da Comissão Administrativa N°28» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 123

⁷⁸ Através do qual a TAP havia recebido o terceiro Boeing 747

No ponto seguinte a CA refere a atitude da Comissão Sindical no processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, acusando-a de apresentar propostas irrealistas apenas com o intuito de promover a divisão no seio dos trabalhadores. Sabendo das condições de trabalho relativamente generosas quando comparadas com a de muitas empresas nacionais, exigia-se aos sindicatos – defendem – um maior sentido de responsabilidade.

A verdade, porém, é que a falta de apoio à CA se estende à maioria dos trabalhadores. Não poupando nas acusações aos trabalhadores insurretos, a CA subdivide-os em dois grupos:

- 1. Um, constituído pelos irresponsáveis, ociosos e medíocres que, perfeitamente conscientes das suas limitações, enveredaram pelo caminho onde tudo é fácil: destruir.*
- 2. Outro, mais numeroso, formado pelos trabalhadores que, de forma passiva, pusilânime e indiferente, assistem apaticamente à sua própria destruição.⁷⁹*

E acrescenta mais à frente:

À Comissão Administrativa resta uma consolação: por várias vezes alertou os trabalhadores para os perigos que se corriam, mas as palavras não obtiveram eco e os apelos caíram em ouvidos surdos. E enquanto os membros da Comissão Administrativa trabalhavam 12 a 15 horas por dia, os trabalhadores entretinham-se a enviar-lhes centenas de reivindicações tolas, disparatadas, sem fundamento, em que nunca faltava as palavras «exigimos» e «imediato» e em que sempre sobressaía o interesse individual ou de

⁷⁹ Comunicação da Comissão Administrativa N°28» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 125

*pequeno grupo, sem cuidar do interesse geral; divertiam-se a realizar reuniões e comícios estéreis, sem finalidade construtiva [...]*⁸⁰

Por esta altura desenhava-se já um duro confronto entre a Comissão Administrativa e os trabalhadores da TAP, cabendo aos Comitês Operários de Base (COB) a liderança do protesto. A 25/07/1974 os COB colocam em circulação um extenso comunicado no qual procuram fazer um balanço dos últimos meses de luta e onde buscam gizar a estratégia a adotar nos meses seguintes, que, como veremos, irá encontrar eco nas greves de agosto desse ano.

O texto começa com uma acusação à forma como, alegadamente, havia sido sonegada informação aos trabalhadores, no momento da aprovação do caderno reivindicativo entregue pela CS à JSN, a 02/05/1974. Acrescentam os COB que, apesar de não terem surgido da discussão com os trabalhadores, os pontos 2 e 5⁸¹ do caderno reivindicativo seriam aprovados por se considerarem úteis para a defesa dos interesses da classe, nomeadamente o ponto relativo à inclusão de trabalhadores nos órgãos diretivos da empresa.

Uma vez mais o debate sobre a autogestão assume protagonismo. Corroborando a ideia já avançada pelo CT, os COB começam por lembrar que a luta de classes supõe um antagonismo inconciliável: de um lado, os interesses do grande capital, do outro, os interesses da classe trabalhadora. Tentando elaborar ainda mais o seu argumento, acrescentam que em qualquer empresa capitalista, a participação dos trabalhadores na gestão, quer seja feita a nível setorial, quer seja feita no Conselho de Administração, não logrará terminar com a exploração dos trabalhadores, na medida em que o objetivo da empresa radica justamente na obtenção do lucro e, por conseguinte, na sonegação da mais-valia que a estes lhes pertence. Uma vez que um sistema de autogestão serviria exclusivamente os interesses dos trabalhadores, este nunca conseguirá ser implementado

⁸⁰Comunicação da Comissão Administrativa Nº28» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 125

⁸¹Pontos relativos, respetivamente, à constituição da nova Comissão Administrativa e ao início da reestruturação da empresa tendo em vista a implementação de um sistema de autogestão.

sem se alterarem, simultaneamente, as relações capitalistas de produção.⁸² Circunstancialmente, ressaltam, a autogestão pode ser testada quando determinada empresa deixa de produzir e se prepara para despedir trabalhadores. Aí, sim, os trabalhadores assumem o controlo, retomam a laboração e salvaguardam os postos de trabalho. Assim, a participação dos trabalhadores na gestão de uma empresa capitalista, como a TAP, terá como único efeito o reforço da divisão entre os trabalhadores:

*[...] pois só serve para pôr trabalhadores a justificar as medidas que são do interesse do patronato (por exemplo a justificar despedimentos), evitando o confronto direto entre o capital e o trabalho, e só serve para criar confusão [...]*⁸³

Importa, entretanto, lembrar que do CT faziam parte elementos integrantes dos COB e que, dessa forma, as críticas por este dirigidas à atuação do CT não eram despiciendas, nomeadamente quando procuravam denunciar a inoperância deste órgão. Ao fazê-lo, os COB ambicionavam obter uma maior influência dentro do CT, para, através dela, transformá-lo num instrumento de fiscalização da CA.

Expressões como «farsa»⁸⁴, «parvos»⁸⁵ ou «suicidas»⁸⁶ são utilizadas abundantemente, durante o comunicado, atestando a enorme animosidade entre os diferentes organismos. A administração da TAP é acusada de usurpar as competências de que havia sido investida, ao promover plenários onde só discursava o seu Presidente e ao recusar-se a auscultar as demandas dos trabalhadores, reunindo com o CT apenas quando era da sua conveniência. Ademais, acrescentam, a CA mais não fez que promover a discórdia entre os trabalhadores, colocando-os na posição ingrata de auxiliar a CA na redação do novo ACT, na seleção de pessoal e na reorganização da TAP. Ou seja, segundo os COB:

⁸² «Doc. 9. SÓ LUTANDO VENCEREMOS», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 126

⁸³ Idem, ibidem, pp.127

⁸⁴ Idem, ibidem, pp.128

⁸⁵ Idem, ibidem, pp.128

⁸⁶ Idem, ibidem, pp.128

*[...] queriam pôr-nos a reorganizar a TAP, isto é, queriam pôr-nos a estudar a maneira de melhorar a exploração a que estamos submetidos. Mas julgarão que nós somos parvos ou suicidas?*⁸⁷

O saneamento não havia sido ainda plenamente executado, apesar de constar no caderno reivindicativo e de contar com o respaldo da Junta de Salvação Nacional. Se é verdade que a cúpula diretiva havia sido afastada, os COB afirmam⁸⁸ que muitos dos quadros intermédios identificados com a «reação» haviam permanecido na Companhia, sendo inclusivamente visados pelos trabalhadores e exigido o seu afastamento. Com efeito, a CA havia criado uma Comissão de Justiça para julgar os casos de saneamento, porém, ao não serem consultados, e por se considerarem parte fundamental de todo o processo, os COB não reconheceriam qualquer legitimidade a este órgão, acusando-o de ser mais um instrumento de perpetuação e reforço do poder da classe possidente.

O tom geral do comunicado espelha o antagonismo:

- Embora no-lo queiram fazer crer, os nossos problemas não estão resolvidos, a nossa situação continua a ser de explorados e oprimidos, continua a ser a de peças de uma engrenagem e como tal somos tratados.

- É certo que não se esquecem de lubrificar a engrenagem com medo que ela deixe de funcionar; é por isso que nos vão dando bónus em questões não essenciais, para nos calarem a boca.

- É assim que nós vemos a CA (depois de demissionária) toda atarefada a adoçar a boca a toda a gente: ele são viagens em número ilimitado, ele é dar regalias em 1ª classe pessoal navegante quando se deslocem em serviço, e até já insinua avanço no saneamento.

⁸⁷ Doc. 9. SÓ LUTANDO VENCEREMOS», In A. V. O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, Porto, 1977, 3, pp.128

⁸⁸ Idem, ibidem, pp. 129

- *E que saneamento? O que nós trabalhadores queremos ou o que a CA cozinhar?*

- *Não pensem que nos iludem e que com uma demissão teatral e uns reбуçaditos nos fazem parar a nossa luta.*

- *Nós sabemos o que queremos E VAMOS LUTAR PARA O CONQUISTAR!*⁸⁹

Os COB concluíam com um conjunto de reivindicações urgentes e a delineação da estratégia a ser adotada dali em diante. Primeiramente, exigia-se que entrassem em vigor a partir de 1 de agosto todas as cláusulas já acordadas do novo ACT, ainda que as negociações tivessem sido suspensas de forma unilateral pela TAP. E uma vez que havia sido o patronato a romper com as negociações, seria justo, segundo os COB, que os trabalhadores colhessem as vantagens desse ato repentino. Exigia-se igualmente equidade nos valores a receber de subsídio de férias e de Natal para todos os trabalhadores, diluindo assim as desigualdades dentro da companhia. Quanto ao saneamento, intimava-se a que fosse finalmente levado a cabo sem nenhuma hesitação ou complacência e, por fim, que se travasse qualquer processo de despedimento em marcha, salvaguardando todos os postos de trabalho.

Os COB comprometem-se, desse modo, a reorganizar a luta, promovendo o envolvimento de todos os setores da empresa. Refutando a «teoria do caos económico», alimentada pelo patronato e pelos demais setores da burguesia, os COB concluem que o dito «caos económico» radica no facto de a produção não estar direcionada para a satisfação da maioria, mas, sim, para a satisfação de uma minoria de exploradores. Dessa forma, concluem, só uma transformação profunda da sociedade permitirá a todos os trabalhadores, incluindo os da TAP, a sua emancipação, numa sociedade sem classes, sem opressores nem oprimidos.

⁸⁹ Doc. 9. SÓ LUTANDO VENCEREMOS», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.131

Entretanto a situação financeira da empresa deteriora-se. A anterior CA havia já dirigido duras críticas ao Banco de Portugal⁹⁰ por demoras nos pagamentos aos fornecedores da companhia, nomeadamente à Boeing, atrasando dessa forma a chegada de material aeronáutico imprescindível. As críticas da CA estendiam-se à Banca Comercial - acusada de reter os valores enviados pelas suas diferentes Delegações, relativos a pagamentos à TAP, provocando sucessivas crises de tesouraria na empresa - e à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, visada por ter negado à TAP a renovação de uma linha de crédito de 200.000 contos, para além de ter impossibilitado a transferência de valores retidos nas colónias. No total, os valores reclamados pela CA correspondiam a 700 mil contos, soma considerada absolutamente fundamental para cobrir as avultadas despesas da companhia.

Assim, a 26 de julho de 1974, numa comunicação do Coronel Moura Pinto, presidente da Comissão Administrativa, dirigida a todos os trabalhadores, seriam anunciados 188.000 contos de saldo negativo na contabilidade da Companhia. Para procurar pôr-lhe cobro fora anunciada a intenção de avançar para um despedimento coletivo, invocando a necessidade de conter as avultadas despesas e equilibrar as contas. O Presidente da CA alegara ter apelado ao esforço dos trabalhadores tendo em vista o necessário aumento da produtividade, mas lamentava ter sido insistentemente ignorado. Moura Pinto iria mais longe nas críticas aos trabalhadores e apontaria algumas práticas que considerava nocivas para o desempenho económico da empresa: crescente abstencionismo em várias secções da TAP, sob os mais variados pretextos; atos de indisciplina e insubordinação recorrentes, resultando num ambiente de caos e desordem; aventureirismo político de uma fatia considerável dos trabalhadores, contrário aos objetivos da empresa; deterioração da qualidade de trabalho, nomeadamente, no atendimento aos passageiros, resultando na degradação da imagem da Companhia; e a

⁹⁰ Comunicação da Comissão Administrativa N°28» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3º, pp. 124

concentração de várias tarefas num menor número de trabalhadores, provocando aquilo que a CA designou como «exploração do trabalhador pelo trabalhador»⁹¹.

A resposta dos trabalhadores não se faria esperar. Reunidos em plenário a 29/07/1974, e em linha com o ambiente tenso de que fomos dando nota, o Conselho de Trabalhadores tece duras críticas à CA, repudiando as afirmações vertidas no anterior comunicado.

*Relativamente às Comunicações n.ºs 28 e 33 da Comissão Administrativa da TAP, respetivamente de 16 e 26 do mês corrente e que foram oportunamente divulgadas pela Imprensa, os trabalhadores da TAP, considerando que o teor das mesmas define posições claramente identificáveis com as linhas mestras do capitalismo (dividir os trabalhadores para melhor os governar, procurar virá-los contra os seus legítimos representantes a nível dos sindicatos e do Conselho de Trabalhadores, paternalismo doentio e autoritarismo arrogante), denunciam toda a tentativa de falsear e escamotear a verdade dos factos, agravada pelo ignóbil objetivo de inculpar os próprios trabalhadores face aos últimos acontecimentos na Companhia.*⁹²

Refutando a acusação lançada pela CA, os trabalhadores afirmam desconhecer a real situação financeira na qual a Companhia se encontra, por omissão deliberada deste órgão. Ao colocar-se o ónus da crise nos trabalhadores, afirmam, a CA procurava desviar a atenção para as suas reais origens: a vontade inequívoca das instituições bancárias e de crédito, com a conivência do Estado, de paralisar a atividade da TAP, promovendo, assim, o regresso do fascismo.

O valor avançado pela CA referente ao saldo negativo da empresa seria igualmente contestado. Nesta matéria, de resto, a crítica é especialmente incisiva, com o Presidente da CA a ser apelidado de «aprendiz confuso».⁹³ Para os trabalhadores não há dúvidas de

⁹¹ Doc. 10. «COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.134

⁹² Doc. 11. «COMUNICADO DO PLENÁRIO DOS TRABALHADORES TAP», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.137

⁹³ Idem, ibidem, pp. 137

que o valor de 188.000 contos, a que a CA havia chegado, não se reportava ao saldo contabilístico, mas, sim, a um diferencial negativo entre as receitas estimadas e as obtidas. Afirmando tratar-se de um valor relativamente normal para o mês de junho, apresenta como exemplos os diferenciais do mesmo mês para os exercícios de 1971, 1972 e 1973⁹⁴. Na verdade, apesar desse diferencial, a Companhia havia apresentado lucros, verificando-se mesmo um aumento de 23% das receitas em relação ao período homólogo. Para os trabalhadores, esta manipulação da contabilidade serviria um só propósito: a diminuição dos custos do trabalho através do despedimento massivo de trabalhadores, de resto já anunciado pelo próprio Presidente da CA.

Para melhor compreendermos este diferendo, importa sublinhar alguns fatores que dificultavam a consolidação financeira da companhia e que, de resto, seriam referidos num comunicado do Conselho de Trabalhadores⁹⁵. O primeiro prende-se com a crise global do capitalismo, materializada, depois, na carência e conseqüente encarecimento das matérias-primas e da energia.⁹⁶ Se a retração económica fizera diminuir a procura turística em praticamente todos os países da Europa ocidental, também a situação convulsa que Portugal e as suas colónias africanas experienciavam tornara-o menos atrativo para os possíveis visitantes.

Reunidos em plenário, os trabalhadores prometem refutar as declarações caluniosas proferidas pela administração, propondo-se, para o efeito, redigir um comunicado a ser entregue aos órgãos de informação. Expressam igualmente a vontade firme em travar o processo de despedimento coletivo em marcha, pugnando pela destituição de todos os membros da Comissão Administrativa, cujos interesses colidem com o dos trabalhadores.

⁹⁴ 193.000, 217.000 e 25.000 contos, respetivamente.

⁹⁵ Doc. 11. «COMUNICADO DO PLENÁRIO DOS TRABALHADORES TAP», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.137, 138

⁹⁶ Nomeadamente o aumento do preço do petróleo que tornara o *jet fuel* extraordinariamente oneroso para as companhias aéreas.

Continuando a sua luta pela disputa de influência junto dos trabalhadores, a Comissão Sindical opor-se-ia à proposta de votação de um projeto de Estatutos do Conselho de Trabalhadores, temendo a autonomia por este reclamada. Para a CS era evidente que a sua aprovação colocaria em causa a centralidade dos sindicatos, na medida em que estes passariam a subordinar-se à ação do CT - ficando visivelmente diminuídos nas suas funções – no que resultaria, em última instância, na dispersão de trabalhadores e no enfraquecimento da sua luta. Ademais, com a suposta pretensão de autonomia o CT renunciaria, conscientemente, a uma atuação unitária dentro da classe, só possível dentro da estrutura sindical.

Outra objeção à aprovação dos Estatutos prende-se com a fiscalização da atividade da TAP de molde a defender os interesses dos trabalhadores (a que os novos Estatutos obrigariam). A CS afirma que essa competência havia sido endossada aos Delegados Sindicais desde 27/06/1974, não se justificando, assim, que o CT se arrogasse o direito a exercê-la. Em suma, defende-se que só o Sindicalismo servirá os interesses dos trabalhadores, numa orgânica que, por definição, assume e promove o seu caráter gregário. Assim:

O art.69 pretende a institucionalização pelo Governo Português do CT e dos seus Estatutos. Mais uma fuga à unidade dos trabalhadores: Que acontecerá aos sindicatos se em todas as empresas se constituírem CT deste tipo? Teremos tantos tipos de ação isolados quantas as empresas, prejudicando a luta comum. [...]

O Conselho de Trabalhadores preconizado nos Estatutos cairá num sindicato de empresas que eliminará a influência do verdadeiro Sindicalismo unitário.⁹⁷

⁹⁷ Doc. 12. COMUNICADO Nº8 DA COMISSÃO SINDICAL/TAP», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.137, 138

Ainda segundo os sindicatos, os referidos Estatutos estariam necessariamente correlacionados com uma matéria que acalentava crescentemente as discussões entre os trabalhadores: a cogestão e a autogestão, matérias relativamente às quais a CS sempre colocara objeções.

A situação no interior da empresa não oferece dúvidas quanto à rutura iminente que se perspectivava. A tentativa de limitação do campo de atuação do CT, por parte da CA, seria uma prova da hostilidade deste organismo, e adensava a ideia que vinha germinando no seio dos COB e da DME: a CA tinha escolhido um lado da luta de classes e esse lado era notoriamente o do Capital. Cumpria, assim, endurecer a luta e derrotar os membros da companhia comprometidos com a reação.

3.4 As Greves de agosto de 1974

O clima de tensão de que demos nota terá, entretanto, novos desenvolvimentos em agosto de 1974. Para que melhor se entendam os acontecimentos na TAP em agosto e setembro, cumpre sublinhar a tentativa do II Governo Provisório em frear a crescente contestação social que então se vivia nas empresas. Os três primeiros Governos Provisórios são marcados pela procura da moderação política e pela construção de uma democracia parlamentar de carácter «socializante», assumindo um modelo de economia mista, comum na Europa ocidental do Pós-Guerra.⁹⁸ Em linha com esta premissa, o Governo procura então legislar o direito à greve, numa ação materializada no DL 392/74 de 27 de agosto. A Lei é tida pelos trabalhadores como extraordinariamente restritiva. Ao patronato é garantido o direito ao lock-out, são proibidas as ocupações e as greves de

⁹⁸ DURAN Muñoz, *Contenção e Transgressão*, 2023, *As Mobilizações Sociais e o Estado nas Transições Espanhola e Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, pp. 38

solidariedade e as paralisações serão obrigatoriamente antecedidas por um período de negociação de 30 dias (conduzido única e exclusivamente pelos sindicatos).⁹⁹

No dia 14 de agosto a CA decide romper novamente as negociações do novo ACT, invocando uma alegada decisão de redução da carga horária para 40 horas, de forma unilateral, por parte dos trabalhadores da DME. No mesmo período, o Conselho de Trabalhadores é extinto pela CA, por temer a crescente radicalização deste órgão, tentando, dessa forma, controlar os eventuais focos de instabilidade¹⁰⁰. A CS avançaria ainda com uma tentativa de conciliação, mas, os trabalhadores mostrar-se-iam irredutíveis.

Gorado o esforço de mobilização por intermédio do CT – agora extinto – e percebendo que a conjuntura política lhes era hostil, os trabalhadores da DME decidem assumir uma atuação ainda mais ousada. Assim, a 19 de agosto, concentram-se em frente ao edifício 25, da TAP, para apresentar à Administração o seu caderno reivindicativo.

A primeira exigência prende-se com concretização efetiva dos saneamentos, acrescentando-se a necessidade de se proceder ao imediato afastamento dos membros identificados pela classe, no caso de haverem estado implicados no despedimento de outros trabalhadores. A revisão salarial consta igualmente das exigências da DME, utilizando para o cálculo do valor de aumento a seguinte fórmula: 16.000\$00 (referente ao Vencimento Base) dividido por 4. Quanto ao ACT, é exigido que a redução dos horários de trabalho já acordada entre de imediato em vigor, não obstante o término das negociações por parte da administração. Outro ponto nodal é o do apuramento das responsabilidades pelos acontecimentos de 12/7/1973, assim como a exigência de castigos para os responsáveis por qualquer despedimento até 25/4/1974. É ainda exigido que a parte do lucro de 1973 que cabe aos trabalhadores lhes seja atribuída; que se reverta de imediato a tentativa de despedimentos sem justa causa, que o posto Médico permaneça

⁹⁹SUAREZ, Miguel Àngel Perez (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, pp.115

¹⁰⁰PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.222

aberto durante 24h, de forma ininterrupta, garantido a permanência de uma ambulância e, pelo menos, de um médico de serviço.

O parágrafo final do comunicado é o prenuncio de um confronto inevitável:

A resposta e o cumprimento integral deste Caderno terá de ser efectuado impreterivelmente até às 15,30 horas do dia 26/8/74¹⁰¹

Alguns dias depois os Administrativos anunciam o seu apoio aos trabalhadores da DME, ao qual se juntariam mais tarde os trabalhadores do setor do Abastecimento. Este setor estaria, de resto, na origem de um plenário, realizado a 23 de agosto, onde se discutiria o referido caderno de encargos. As conclusões¹⁰² desse plenário acabam por acompanhar as críticas que a DME vinha fazendo à CA e à atuação do Ministério do Trabalho, que acusam de comportar-se como força de bloqueio à luta dos trabalhadores. A crítica estende-se igualmente ao Sindicato dos Administrativos, acusada de partilhar da visão do mesmo Ministério, o que parece reforçar a leitura que fazemos do período em questão, que sugere um alinhamento estratégico e ideológico entre a Intersindical e o Ministério do Trabalho, a que se oporiam os organismos autónomos de representação dos trabalhadores.

Os Administrativos viriam também a mostrar-se céticos em relação ao consultor económico escolhido para moderar as negociações do ACT, Sérgio Ribeiro (destacado militante comunista), ilustrando, uma vez mais, as clivagens ideológicas entre o PCP e os partidos à sua esquerda, que, naturalmente, se repercutiriam nas confrontações entre os trabalhadores por eles influenciados.

Confirmando a cisão entre a célula do PCP e os trabalhadores grevistas, o partido emite um comunicado procurando alertar para as *«manobras que grupos de radicais*

¹⁰¹ Doc.14. «CADERNO REIVINDICATIVO DA DME» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.145

¹⁰² Doc.15. «COMUNICADO DOS ADMINISTRATIVOS» In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp. 146-147

*pequeno-burgueses vêm desenvolvendo»*¹⁰³ na TAP. Se é verdade que o setor da DME merece o reconhecimento do partido pela bravura demonstrada durante o regime fascista, não deixa, porém, de lhe dirigir duras críticas pelo aventureirismo que, depois do 25 de abril, vinha pautando a sua conduta. Não obstante a justeza das suas reivindicações, a apresentação de um caderno reivindicativo ao arrepio da negociação em curso do ACT seria danosa para os trabalhadores:

*Estando as negociações do ACT numa fase adiantada, assegurada a sua vigência com efeitos retroativos desde julho de 1974, esta greve tem nitidamente um carácter político, sendo objetivamente uma provocação. Ela é dirigida não só contra os trabalhadores da TAP, mas do povo português em geral.*¹⁰⁴

Quanto aos efeitos da greve, esses são claros para o PCP: a única empresa de aviação de um país em crise não pode permitir-se interromper a laboração, sob pena de se comprometer o processo de democratização em curso, com custos incalculáveis para a própria empresa e para os trabalhadores.¹⁰⁵

O ultimato lançado à CA pela DME produziria consequências imediatas. À hora marcada, os trabalhadores que haviam apoiado as lutas do setor da Manutenção paravam a laboração. Tratando-se de uma situação de particular gravidade, é eleito em plenário um Secretariado responsável por gizar um plano de emergência.

Logo a dia 27 de agosto os trabalhadores da TAP recebem a visita do Ministro do Trabalho, Costa Martins, que se desloca à Portela na tentativa de os dissuadir da greve. Fazendo-se acompanhar pelo Secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas e por Daniel Cabrita, antigo dirigente da Intersindical, o Ministro alega que a greve produzirá efeitos deletérios para a economia do país, reprovando igualmente a sua realização à margem dos sindicatos.

¹⁰³ Avante! Ano 44 série VII, N° 16, agosto de 1974, pp. 1

¹⁰⁴ Idem, ibidem, pp. 1

¹⁰⁵ Idem, ibidem, pp. 1

Dias depois, o Secretariado da greve emitiria um comunicado à população, de forma a «restabelecer a verdade dos factos».¹⁰⁶ O tom do comunicado acompanha a gravidade do momento. O Secretariado, de que faziam parte Santos Júnior e Jerónimo Franco, não tem dúvidas quanto ao propósito da visita do Ministro do Trabalho: intimidar os trabalhadores da TAP e limitar o seu direito à greve. De resto, num outro comunicado publicado no jornal «Esquerda Socialista», é referido que, durante a reunião com o Ministro:

*entraram na sala, armados, um Major e dois Praças, de forma a intimidar os trabalhadores presentes.*¹⁰⁷

Na tentativa de desincentivar a realização da greve, a Comissão Sindical convoca um plenário para dia 27, às 15h00, a realizar-se junto ao edifício da Administração. Nele irão reunir-se os trabalhadores não aderentes à greve, contando de imediato com o repúdio por parte do Secretariado, que acusa a CS de contribuir para a divisão da classe. Ainda assim, os grevistas procurarão desvalorizar a atuação da CS, admitindo que apenas uma minoria de trabalhadores (cerca de 300) se havia reunido nesse plenário alternativo, contrastando com os mais de 4000 favoráveis à greve reunidos no refeitório da empresa.¹⁰⁸

O caso ganha relevo na imprensa nacional. O Diário de Notícias publicaria o Caderno Reivindicativo da DME nas suas páginas, omitindo, porém, o valor exato do aumento salarial pretendido pela classe. A fórmula que pressupunha o valor de 16 contos divididos por 4, apareceria nas páginas do matutino sem a devida referência ao divisor. Lapso que, segundo os trabalhadores em luta, ajudava à veiculação da ideologia dominante.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Doc. 16. «COMUNICADO DOS TRABALHADORES DA TAP À POPULAÇÃO», In A. V. O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, Porto, 1977, 3, pp.147, 148

¹⁰⁷ PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.216

¹⁰⁸ Doc.16. «COMUNICADO DOS TRABALHADORES DA TAP À POPULAÇÃO» In A. V. O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, Porto, 1977, 3, pp. 150

¹⁰⁹ PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.217

Os pontos seguintes do comunicado reforçam o clima de desconfiança em relação ao Governo e aos meios de comunicação: no primeiro faz-se referência à perplexidade dos trabalhadores face à não comparência do Ministro do Trabalho numa reunião agendada por Daniel Cabrita, à qual aquele decidira faltar sem qualquer aviso prévio. Às 21h, os trabalhadores marcariam presença no Ministério, conforme fora acordado. Porém, Daniel Cabrita informaria os trabalhadores que o assunto em discussão ficaria doravante sob alçada do Conselho de Ministros, não se justificando, assim, a presença do Ministro Costa Martins.

Noutro ponto alude-se às recentes notícias postas a circular na imprensa que alertavam para possíveis constrangimentos nas ligações aéreas Lisboa-Bissau, como consequência da paralisação em curso, podendo, assim, comprometer o processo de descolonização em marcha. A acusação é refutada de forma categórica.¹¹⁰

A 28 de agosto, depois de questionado pelo repórter do Diário de Notícias, o Capitão Costa Martins dá nota do alegado prejuízo provocado pelo movimento grevista, na ordem dos 1000 contos por hora. Ao mesmo jornal, um dos membros da Comissão Administrativa da TAP, José Lourenço, haveria de considerar a greve:

*[...] puramente política e partidária. Os partidos que eles servem são o MES e o MRPP. Alguns dos indivíduos que subscreveram o caderno reivindicativo são signatários dos programas daqueles movimentos extremistas. Servem o jogo da reação e da direita.*¹¹¹

A escalada de tensão acentuar-se-ia de forma vertiginosa. A 28 de agosto realiza-se novo plenário dos trabalhadores grevistas. A comunicação social é convidada a comparecer, mas, seria impedida de entrar nas instalações da companhia, alegadamente

¹¹⁰ Doc. 16. «COMUNICADO DOS TRABALHADORES DA TAP À POPULAÇÃO», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.147, 148

¹¹¹ PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.225

por instrução do Governo¹¹². Apesar de todos os condicionalismos, os trabalhadores reiteram, através de voto favorável, a continuação da greve.

Presente no plenário estava o Brigadeiro Barbeitos dos Santos. O oficial pede a palavra e, dirigindo-se a todos os trabalhadores, ordena a retoma da laboração. No final do seu discurso deixa um aviso: não serão tolerados atos de indisciplina, pelo que os trabalhadores refratários receberão a devida punição.

A intimação antevia o pior dos cenários: a 29 de agosto é publicada a Portaria 541/74 que «*Mobiliza, a partir desta data e na totalidade, a empresa, concessionária de serviço público, Transportes Aéreos Portugueses*»¹¹³, ficando doravante subordinada ao Regulamento de Disciplina Militar. No mesmo dia, as tropas do COPCON, chefiadas pelo Major Jaime Neves, ocupam as instalações da TAP no aeroporto de Lisboa. O aparato montado é prontamente repudiado pelos trabalhadores, num comunicado interno:

*[as forças] de choque completamente armada em moldes de entrar em combate imediato, era composta por uma companhia completa de comandos, uma companhia completa de Pára-quedistas, equipados de camuflado, 4 cartucheiras cada homem, faca de mato, e armados de metralhadoras G-3 e G-3 calibre 7.62 de coronha retráctil. Carros de combate chaimites em número de 5 com os ninhos de metralhadoras virados para os trabalhadores e equipados com as respectivas tripulações, prontas a intervir. Como não podia deixar de ser lá estavam os simpáticos “pastores alemães”.*¹¹⁴

Os partidos de extrema-esquerda posicionam-se perante a escalada de repressão. O MES, assumindo a defesa intransigente da autonomia dos trabalhadores, aproveita para

¹¹² PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.218

¹¹³ Portaria n.º 541/74, de 29 de agosto de 1974

¹¹⁴ *Os trabalhadores da TAP face a repressão*, (comunicado dos trabalhadores grevistas, 27-8-1974?). CD 25 de Abril, U. Coimbra

denunciar os boicotes ao programa do MFA por parte das forças da reação. Já a LUAR repudia a:

*Prática repressiva rodeada de uma violência e de um aparato bélico desnecessário.*¹¹⁵

Num documento de 28 de agosto, já depois de tomadas as instalações da TAP pelas forças do COPCON, a célula do PCP na empresa dirige-se aos seus militantes, procurando demonstrar que tivera razão nas advertências que havia feito, apelando, dessa forma, à punição imediata de todos os responsáveis pela agitação no seio da companhia:

*Não se pode aceitar de forma alguma que elementos «esquerdistas» ponham em jogo o interesse de todos os trabalhadores. Urge desmascarar e responsabilizar esses aventureiros que conduziram a esta situação.*¹¹⁶

O PCP não tem reservas em qualificar os métodos utilizados pelos grevistas como antidemocráticos, dando mesmo exemplos de algumas ações hostis para com os trabalhadores militantes do partido: destruição de documentos da sua célula, afastamento discricionário de trabalhadores que deles discordavam e deturpação de factos para suportar a sua própria narrativa.¹¹⁷

A desmobilização não se consuma, porém, só em Lisboa. O Diário de Notícias de dia 29 reproduz, na íntegra, um telegrama enviado pelos trabalhadores da TAP de Luanda, ao qual se vinculam (excetuando a divisão de manutenção) todos os setores da escala. As palavras dirigidas aos colegas de Lisboa são particularmente duras e espelham a enorme divisão no seio da classe. O comunicado começa por lamentar os constrangimentos decorrentes da paralisação, com prejuízo não só para os passageiros, como também para os restantes trabalhadores da companhia. Acrescentam ainda que se sentem traídos pelos seus camaradas de Lisboa, na medida em que, pese embora o apoio manifestado

¹¹⁵ PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.228

¹¹⁶ Avante! Ano 44 série VII, N° 16, agosto de 1974, pp. 1

¹¹⁷ Idem, ibidem, pp. 1

inicialmente, cedo se tornaram claras as verdadeiras motivações dos grevistas: os seus próprios interesses e não os do coletivo a que pertenciam. No final, acrescentam:

*Os trabalhadores da TAP Angola exigem que tal inquérito seja imediatamente iniciado e que a nossa empresa seja expurgada dos elementos reaccionários das direitas, sob pena de tomarem as decisões que tal passividade requer.*¹¹⁸

A 28 de agosto, convocada pelo Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, reúne-se em assembleia geral o pessoal administrativo da TAP. Na reunião participam cerca de 500 trabalhadores pertencentes, na sua maioria, a outros departamentos da companhia. A assembleia seria dissolvida duas horas depois do seu início, por proposta de um dos sócios, originada por um diferendo entre os trabalhadores presentes. A maioria dos associados afetos a outros sindicatos exigiam a contabilização do seu voto na aprovação das resoluções, motivando a oposição dos restantes.

A 30 de agosto também o primeiro-ministro se pronuncia sobre o caso TAP. Numa declaração ao Diário de Notícias, Vasco Gonçalves considera injusta a forma de luta escolhida pelos trabalhadores da companhia, responsabilizando-os pelos enormes prejuízos causados ao país. Termina, dizendo:

*Os que constituem esta minoria activista podem afirmar o que entenderem, desde que respeitem a ordem democrática. Democracia não é anarquia nem irresponsabilidade, é ordem e competência.*¹¹⁹

A greve de agosto assume-se como corolário das tensões vividas no seio da companhia, revelando, acima de tudo, o antagonismo existente entre os vários organismos. A tentativa da Comissão Administrativa em conter o avanço dos setores mais

¹¹⁸ PIRES, José, 1976, *As Greves e o 25 de Abril*: Lisboa, Edições BASE, pp.225

¹¹⁹ Idem, ibidem, pp.226

radicalizados da empresa, teria o respaldo dos vários governos provisórios, levando à repressão das ações mais arrojadas, nomeadamente, da DME.

A coerção exercida sobre os trabalhadores grevistas parece apontar para uma leitura que atribui à classe operária um papel determinante no rumo dos acontecimentos durante o processo revolucionário português, não conseguindo aplicar-se, neste caso, o modelo de «Estrutura de Oportunidades Políticas». Os trabalhadores da TAP não perceberam a oportunidade para transgredir, decorrente do vazio de poder. Pelo contrário, seriam alvo do aparelho coercivo do Estado quando optaram por um repertório reivindicativo mais radicalizado.¹²⁰

3.5 Uma empresa em permanente sobressalto: as réplicas de setembro e a solidariedade da classe operária.

Num documento sem data, mas, que julgamos situar-se entre a última semana de agosto e a primeira de setembro de 1974, um «grupo de comunistas» emite um extenso comunicado no qual procura fazer um balanço da luta dos trabalhadores da empresa. O documento reveste-se de enorme importância na medida em que espelha as diferentes tendências ideológicas que se manifestavam no interior da empresa, contribuindo para a compreensão do período em análise. Na impossibilidade de identificarmos os autores do comunicado, ficamos sem perceber a que secções da companhia pertenciam, qual a sua filiação partidária ou em que estrutura da empresa se organizavam. Em todo o caso, este grupo de trabalhadores parece posicionar-se ao lado dos trabalhadores grevistas, repudiando a repressão exercida – segundo a sua leitura – pelo governo, pelos partidos que o integram e pelos sindicatos. O título do documento dá o mote para as acusações que nele se plasam:

¹²⁰ NORONHA, Ricardo (2019), *A Real State of Exception: Class Composition and Social Conflict during Portugal's Carnation Revolution, 1974-1975*. Critical Historical Studies, pp. 114

AS FORÇAS ARMADAS SÃO UM INSTRUMENTO DO CAPITAL – O CASO DA TAP

*Uma chuva de calúnias e de aldrabices cai em cima dos trabalhadores grevistas da TAP. Os sindicatos, as forças armadas, o partido «comunista» e o Governo Provisório, todos unidos, fazem em coro o ataque aos operários da TAP e aos outros sectores grevistas. Vão à televisão dizer que a ponte aérea Lisboa-Bissau está a falhar, quando pelo contrário sempre esteve assegurada desde o primeiro minuto de greve e tendo até os fantoches do governo perfeito conhecimento disso. Trazem para as reuniões elementos do P«C»P e dirigentes sindicais (estilo Daniel Cabrita, Carlos Carvalhas, etc) para tentar comprar a Comissão Coordenadora da greve [...]*¹²¹

Para este grupo de trabalhadores, o MFA, o Governo e os partidos que se reivindicavam do comunismo e do socialismo, haviam tecido as suas alianças com a classe dominante e, dessa forma, haviam traído a classe trabalhadora. A prova, acrescentam, está na forma como a TAP e os seus trabalhadores foram submetidos à disciplina militar, a mando das Forças Armadas. Outro exemplo prende-se com a negociação do novo ACT e a sua discussão nos plenários gerais, durante a qual a voz dos operários metalúrgicos teria sido fortemente condicionada. Neles se procurariam obstaculizar todas as reivindicações relacionadas com os saneamentos, a redução do horário de trabalho e o apuramento de responsabilidades da repressão de julho de 1973. Apesar de justa, acrescentam, a luta dos trabalhadores da DME fora interrompida por uma força de bloqueio concertada por colegas de trabalho, governo, sindicatos e partidos:

[...] Logo as vozes dos fantoches do Capital se ergueram: não eram permitidas manifestações extra-sindicais, aquilo eram actuações contrárias à estrutura sindical e punha-a em causa, os operários grevistas eram inconscientes e punham em causa a democracia e a ordem [...].

¹²¹ Doc. 18. «AS FORÇAS ARMADAS SÃO UM INSTRUMENTO DO CAPITAL – O CASO DA TAP», In A. V. O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas, Porto, 1977, 3, pp.153

Sindicatos, patronato e governo, com a ajuda das forças armadas, estão a desenvolver um sério esforço para enquadrar e domesticar as lutas dos trabalhadores, para só os deixar ir até onde os limites do Capital os permitir.

O governo emite uma lei anti-greve, baseada aliás na proposta do «camarada» Avelino Gonçalves (rafeiro do P«C»P, que já fez parte do governo), que prevê as greves mas só decretadas pelos sindicatos e sob condições muito restritas. [...] Sindicatos e governo, patronato e forças armadas mostram-se empenhados em conjuntamente criar condições legais para defenderem lealmente os interesses do capitalismo em Portugal.¹²²

Para justificar a acusação, os redatores do comunicado mencionam alguns dos países capitalistas cujos sindicatos foram sendo cooptados pelos governos. Na prática, concluem, são modelos aperfeiçoados nos quais o capital procura exercer total domínio sobre o proletariado. Quanto aos partidos «ditos comunista e socialista»¹²³, não são poupados na avaliação que deles se faz. A sua função, sugerem, é apoiar as Forças Armadas no seu combate à classe operária. Os casos dos CTT e das minas da Panasqueira são tidos como exemplos cabais disso mesmo. Nos CTT, o dirigente do PCP, José Magro, que se havia batido, em plenário, pela concertação entre o patronato e os trabalhadores, acabaria por ser obrigado a retirar-se. Na mina da Panasqueira a greve dos mineiros fora interrompida por elementos do CDE, por considerarem que tal protesto não se justificaria, «pois já havia liberdades»¹²⁴. Assim, a transformação social que se havia produzido no país após o golpe militar de 25 de abril parecia não ir ao encontro dos anseios dos redatores deste comunicado:

O 25 de abril instaurou apenas uma nova maneira de continuar a exploração capitalista em Portugal. E em relação a ela, os trabalhadores não têm posições construtivas, mas sim destrutivas. Por mais que abalem os cargos

¹²² Doc. 18. «AS FORÇAS ARMADAS SÃO UM INSTRUMENTO DO CAPITAL – O CASO DA TAP», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.154

¹²³ Idem, ibidem, pp.152

¹²⁴ Doc. 18. «AS FORÇAS ARMADAS SÃO UM INSTRUMENTO DO CAPITAL – O CASO DA TAP», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.154

*de poleiro desses partidos e dos seus acólitos, os trabalhadores nada têm a perder com a destruição desta sociedade; tudo têm a ganhar.*¹²⁵

A situação na empresa tende a normalizar-se a partir da última semana de agosto, para voltar a agravar-se no final do mês seguinte. Antes disso, a 3 de setembro, é empossada uma nova Comissão Administrativa, que vê chegar-lhe um «Relatório Governamental para a TAP» elaborado pelo Executivo. Nele se propõem uma série de recomendações de molde a sanar o conflito laboral na empresa, tais como: a prossecução dos saneamentos na companhia, a celebração do novo ACT, incorporando o caderno reivindicativo da DME, e a realização de um plenário que integrasse todos os trabalhadores.

No âmbito do nosso estudo, cremos ser útil mencionar a situação vivida na Lisnave - ainda que de forma necessariamente pouco aprofundada - na medida em que ela se relaciona com o processo de luta dos trabalhadores da TAP. Em agosto de 1974, a agitação na empresa da Margueira atinge o seu ponto mais crítico na sequência de um acidente de trabalho, que resultaria no ferimento grave de um operário. Reunidos em plenário a 7 de setembro, cerca de 2000 trabalhadores decidem avançar para uma grande manifestação a realizar no dia 12, que assume um conjunto de reivindicações que extravasavam largamente as matérias relacionadas com a empresa. Com efeito, a lei da greve - recentemente promulgada - e a ocupação das instalações da TAP pelas forças do COPCON, surgem como dois importantes acontecimentos contra os quais os trabalhadores da Lisnave pretendem manifestar-se. Ao tomar conhecimento da intenção dos operários da Lisnave, o Governo, temendo o alastramento do protesto, proíbe a realização da manifestação e destaca as forças do COPCON de molde a estancá-la.¹²⁶ Os trabalhadores conseguiriam, ainda assim, reunir-se e dar início ao protesto, que culminaria numa concentração à porta do Ministério do trabalho. A CT da Lisnave procuraria mobilizar trabalhadores de várias empresas do país, pretendendo transformar

¹²⁵ Doc. 18. «AS FORÇAS ARMADAS SÃO UM INSTRUMENTO DO CAPITAL – O CASO DA TAP», In A. V. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, Porto, 1977, 3, pp.155

¹²⁶ PATRIARCA, Fátima, (1978), *Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974*, *Análise Social*, vol. XIV, Nº56, pp. 718

a manifestação numa grande jornada de luta contra a repressão levada a cabo pelo Governo. Contudo, e apesar da participação de alguns trabalhadores da TAP e de outras empresas, a manifestação seria formada essencialmente por operários da Margueira.¹²⁷

A verdade, porém, é que os trabalhadores da DME se mostravam cada vez mais descrentes. Prevendo a não satisfação do seu caderno reivindicativo, decidem em plenário, a 17 de setembro, lançar-se em nova paralisação total a começar às 0 horas de dia 24 e marcar novo plenário a ter lugar na Voz do Operário, dia 23 do mesmo mês.

Representadas no plenário de dia 17, as direções dos Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Químicos, das Telecomunicações e dos Eletricistas do Sul, dos Aduaneiros, dos Administrativos, dos Engenheiros Técnicos, do Pessoal de Voo e dos Técnicos de Desenho, emitem um comunicado conjunto, exprimindo total repúdio pelas práticas levadas a cabo pelos trabalhadores da DME. Segundo o comunicado, as ações empreendidas pelo setor de manutenção da TAP revestiam-se de caráter antidemocrático, sugerindo a DME havia tido como única motivação a desagregação do movimento sindical. Com a escolha da nova mesa da assembleia, afirmam, a situação tornara-se nítida:

A nova mesa, por sua vez, veio revelar durante o decorrer do Plenário, uma posição absolutamente partidária e não democrática, não só através das declarações do Presidente da mesa que, antes da leitura das propostas ou no fim de determinadas intervenções, dava as suas interpretações das mesmas [...] cortando as intervenções dos oradores, fazendo repetir votações, quando os resultados não eram os pretendidos [...]

[...] Tendo chegado ao extremo de se fotografar os trabalhadores que se opunham, para os «marcar» [...]»¹²⁸

¹²⁷ PATRIARCA, Fátima, (1978), *Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974*, Análise Social, vol. XIV, Nº56, pp. 719

¹²⁸ PIRES, José (1976), *As Greves nas Empresas*, Lisboa, Edições BASE, pp. 231

Ademais, conclui, ao permitir que os delegados da Comissão Sindical fossem eleitos sectorialmente, a classe trabalhadora seria largada à sua sorte e impossibilitada de promover ações concertadas e de cariz unitário.

Estando a companhia e os seus trabalhadores ainda sujeitos à Disciplina Militar, as instalações da TAP no aeroporto veem reforçado o destacamento de soldados, de forma a controlar eventuais focos de desordem. Com efeito, dia 24 tem início a paralisação. O Hangar 6 onde laboravam os trabalhadores da DME é o primeiro a parar. Segue-se, em resposta, um cerco militar ao referido hangar, impossibilitando o seu acesso a outros trabalhadores da companhia.

Na sequência dos acontecimentos, sete trabalhadores haveriam de ser detidos e levados para o Quartel dos Sapadores Ferroviários para prestar depoimento. Um dia depois, cerca de 200 trabalhadores da DME receberiam ordem de despedimento. Os trabalhadores da DME respondem imediatamente em comunicado:

*A TAP foi mobilizada pela Portaria 541/74 que invoca o Dec. 32770 do RDM de 17-1-43, e mesmo à luz desta lei fascista a mobilização da TAP é ilegal. É portanto uma prova insofismável de que os capitalistas não exitam (sic) em lançar mão de todas as manobras e da lei da força na repressão dos trabalhadores.*¹²⁹

A solidariedade de classe não tardaria em fazer-se ouvir. Os trabalhadores da Siderurgia Nacional, reunidos em plenário, apelam à unidade da classe operária e manifestam o seu apoio público e inequívoco à luta dos seus camaradas da TAP, instando a que se restabeleçam as liberdades dos seus trabalhadores.

A 25 de setembro reuniam-se junto ao Aeroporto cerca de 5000 pessoas, numa manifestação de apoio à luta dos trabalhadores da TAP. A manifestação duraria 5 horas, num percurso que terminaria em São Bento. Já diante da residência oficial do Primeiro-

¹²⁹ TAP – Comunicado à população: a repressão abate-se sobre os trabalhadores – vários detidos, trabalhadores da TAP, 24-9-1974. CD 25 Abril, U. Coimbra

Ministro, seria lida uma proposta aprovada pelos trabalhadores da DME. Nela se exige a reintegração de todos os trabalhadores despedidos; o fim dos interrogatórios aos trabalhadores da empresa e o início das negociações com vista à aprovação do seu Caderno Reivindicativo. Caso estas exigências fossem atendidas, os trabalhadores comprometer-se-iam a retomar a laboração.¹³⁰

O PCP reitera a sua discordância em relação à greve. À sua esquerda, o MES e o MRPP apoiam-na publicamente¹³¹. Os partidos de extrema-esquerda irão de resto organizar manifestações de solidariedade para com os trabalhadores da TAP, nas quais se distribuem um conjunto de comunicados. Num deles, lê-se:

A JUNTA e o GOVERNO PROVISÓRIO sempre falando de “liberdade” e “democracia” desencadeiam perversos ataques que haviam architectado. Tal como nos casos da LISNAVE, dos CTT, da nossa greve, as campanhas da Intersindical, das células do P”C”P, do delator Sérgio Ribeiro antecederam a chegada do COPCON, da polícia das prisões – e, paralelamente a intensificação da luta operária e popular.

No momento em que os fascistas, legionários e pides são postos em liberdade para poderem organizar-se.

No momento em que a contra-revolução se arma e se prepara para cair sobre o povo desarmado.

Num momento assim a JUNTA e o GOVERNO PROVISÓRIO e os Partidos Governamentais não podem suportar a máscara rota que ostentam [...]

¹³⁰ PIRES, José (1976), *As Greves nas Empresas*, Lisboa, Edições BASE, pp. 238

¹³¹ SUAREZ, Miguel Àngel Perez, (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, pp.129

*Por isso, a justa causa dos trabalhadores da TAP incita sobre si o ódio de toda a reacção: dos fascistas, do Governo, da Junta e do Partido do Ministro Cunhal. [...]*¹³²

Uma vez mais, os posicionamentos espelham o antagonismo das várias forças em contenda. As tentativas do Governo, dos sindicatos e da CA em isolar os trabalhadores grevistas não surtiriam o efeito esperado. Pelo contrário, os trabalhadores da TAP receberiam o apoio das Comissões de Trabalhadores das diversas empresas do país, demonstrando que não estavam sozinhos na sua luta.

Também o exemplo da Lisnave deve ser tido em conta quando analisamos a conflitualidade laboral na TAP. Ambos os processos, para lá de revelarem o arrojo do repertório reivindicativo dos seus trabalhadores, demonstram que as conquistas que estes foram obtendo no plano laboral e social se fizeram à custa da resistência a um poder coercivo que, apesar de fragilizado, não deixou de existir e de se fazer sentir durante este período.¹³³

3.6 O conturbado ano de 1975: a revisão do ACT e o processo de nacionalização da empresa

A situação da TAP viria a normalizar-se a partir de outubro. Os trabalhadores da DME põem fim à greve e, no início de outubro, a companhia deixa de estar sujeita à Disciplina Militar, procedendo-se, quase de imediato, à readmissão dos trabalhadores despedidos.

¹³² *À luta, Camaradas*, comunicado anónimo, CD 25 de abril, U. Coimbra, Organizações Populares de Base TAP

¹³³ NORONHA, Ricardo (2019), *A Real State of Exception: Class Composition and Social Conflict during Portugal's Carnation Revolution, 1974-1975*. Critical Historical Studies, pp. 114

Contudo, o recrudescimento da agitação social na companhia regressaria já no ano de 1975. Recordemos que a conflitualidade social que se alastra a todo o país tem como pano de fundo uma profunda crise económica. A vaga de despedimentos é massiva. Com ameaças de lock-out por parte dos patrões, os trabalhadores procuram gizar formas de gestão alternativas, tomando para si o controlo da produção. Tentando controlar a situação, o Governo publicaria, em novembro de 1974, o Decreto-Lei 660/74, possibilitando ao Estado intervir nas empresas que se encontrassem em dificuldades ou que apresentassem indícios de práticas de má gestão.¹³⁴

Na sequência da tentativa do golpe contrarrevolucionário a 11 de março, o recém-formado Conselho da Revolução decreta a nacionalização da banca comercial e seguros, a 14 e 15 de março de 1975, respetivamente, alargando a intervenção do Estado na esfera económica. Este episódio revela-se importante para o nosso estudo na medida em que, com a nacionalização do setor financeiro, o Estado português passara a deter 65% das ações TAP, tornando-se, assim, acionista maioritário.

No mês seguinte, a 16 de abril de 1975, o Governo oficializa a nacionalização da companhia, através do Decreto-Lei n.º 205-E/75, justificando a sua promulgação com a importância dos serviços fornecidos pela companhia e com «as novas realidades no campo das relações diplomáticas e comerciais decorrentes do processo revolucionário em curso»¹³⁵. Outro aspeto que terá contribuído decisivamente para nacionalização da empresa prende-se com a crescente dependência financeira em relação ao Estado, tendo este já concedido garantias à companhia para financiamentos externos e - com a nacionalização do setor financeiro - ficado com o crédito detido por este setor.

A direção da TAP haveria de mostrar-se favorável à nacionalização, sublinhando que sempre havia defendido essa solução, por ser aquela que melhor serviria os trabalhadores e os seus interesses. Porém, repetir-se-ia o argumento tantas vezes utilizado pelos setores mais combativos da empresa: A nacionalização seria positiva se fosse um

¹³⁴SUAREZ, Miguel Àngel Perez, (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, pp.139

¹³⁵ Decreto-Lei n.º 205-E/75, de 16 de abril de 1975, n.º 1

instrumento de apropriação dos meios de produção¹³⁶. Caso contrário, de pouco valeria o controlo público da companhia, se não se lograsse simultaneamente uma transformação mais ampla na estrutura produtiva do país.¹³⁷

Com a nacionalização, o Governo faria chegar à Comissão Sindical um despacho no qual confiava aos trabalhadores da empresa a escolha de uma nova Comissão Administrativa. Os trabalhadores refutariam, porém, o convite, recaindo assim a responsabilidade nos dirigentes sindicais.

Apesar de retomada uma certa normalidade, os conflitos que haviam levado à rutura entre a DME e a CA careciam de resolução, nomeadamente as questões referentes à entrada em vigor do novo ACT. As negociações arrastavam-se há mais de um ano, não havendo perspectivas de resolução iminente. Assim, afigurava-se inevitável o recrudesimento da luta:

[...] Já não nos é possível manter mais conversas com «surdos» acerca de toda a situação caótica que reina nos TAP, às dificuldades económicas dos trabalhadores, ao justo saneamento e à conclusão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).¹³⁸

Em plenários gerais realizados a 3 e 4 de março é aprovado por maioria um conjunto de ações com vista à resolução do diferendo que opunha os trabalhadores à direção da companhia. Para além do novo ACT, os trabalhadores da TAP comprometem-se a adotar «formas superiores de luta»¹³⁹ com vista a alcançar um conjunto de reivindicações que há muito vinham sendo reclamadas: saneamento de elementos conotados com o anterior regime; responsabilização dos episódios de violência ocorridos em 1973; eliminação das horas extraordinárias; responsabilização dos atos de sabotagem económica; levantamento das sanções militares aplicadas aos trabalhadores e reversão dos despedimentos. Os trabalhadores proporiam ainda uma última tentativa de

¹³⁶ O Combate. Ano II, Nº 27, 17 de julho de 1975 a 31 de julho de 1975, pp.4

¹³⁷ «TAP – Uma luta política», *Expresso*, 06 de maio de 1975

¹³⁸ O Combate. Ano I, Nº 19, 14 de março de 1975

¹³⁹ «TAP: malogro das negociações do ACT poderá conduzir à greve», *Expresso*, 06/03/1975, p.4

conciliação, tentando reunir com o Conselho Superior do MFA, a Junta de Salvação Nacional e o ministério da tutela. Nessas reuniões seriam expostas um conjunto de situações anómalas que, segundo os trabalhadores, grassavam na companhia, tais como: casos de boicote económico (nos quais se contavam a venda de aviões e a recusa de fretamentos e carga), gestão danosa (contabilizando, segundo relato dos próprios, 118.000 contos em falta, relativos a horas extraordinárias), e gestão deficitária de mão de obra. Os trabalhadores procurariam igualmente levar a acabo um conjunto de ações de esclarecimento, com destaque para a realização de uma mesa-redonda na RTP.¹⁴⁰ Seria deixado, todavia, um aviso: caso as negociações não surtissem o efeito desejado para a classe, os trabalhadores iriam manifestar-se junto ao edifício 25 e iniciariam, às 0 horas de dia 11, uma paralisação geral da laboração.

A greve seria cancelada por haver coincidido com as movimentações de 11 de março. Num dia previsivelmente tenso, constituem-se grupos de trabalho entre os trabalhadores da TAP, com a missão de esclarecer e dissuadir os soldados-paraquedistas que haviam desembarcado no aeroporto de Lisboa. Muitos deles seguiriam depois para ao RAL 1, procurando desempenhar tarefa idêntica. Entretanto, no aeroporto, a formação de piquetes tornara-se essencial para garantir a suspensão da atividade da companhia, nomeadamente, impedindo a descolagem e a aterragem de aviões.¹⁴¹ Os trabalhadores demonstravam, assim, estar comprometidos com a defesa da empresa e do país face à ameaça contrarrevolucionária. A apreensão em relação ao governo parece, contudo, subsistir. As declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, nesse dia, não seriam bem acolhidas no seio dos trabalhadores, nomeadamente no grupo ligado ao MES:

Podendo não ser do agrado do Primeiro-Ministro o conteúdo ou a forma assumida pela luta dos TAP, não era por imprecisões e generalidades comparativas e caluniosas a seu respeito, que naquele momento os

¹⁴⁰ O Combate. Ano I, Nº 19, 14 de março de 1975

¹⁴¹ Esquerda Socialista, Ano I, 13 de março de 1975, pp. 4

*trabalhadores esperavam dum homem do MFA, apostado em emergência comum.*¹⁴²

Reunidos em plenário a 12 de março, os trabalhadores não se mostrariam surpreendidos com as manobras do dia anterior, relacionando, inclusive, esses acontecimentos com a obstrução aos saneamentos nas empresas há muito defendidos e sistematicamente adiados. Seria, entretanto, veiculada a informação de que tanto os saneamentos, como o apuramento de responsabilidades pela repressão de julho de 1973 estariam bastante atrasados, dadas as dificuldades na obtenção de dados por parte da Comissão de Extinção da PIDE-DGS.¹⁴³

Entre abril e maio os trabalhadores iriam reunir-se por mais que uma vez em plenário e, como acontecera anteriormente, os trabalhadores da DME voltariam a propor a paralisação total da laboração, não conseguindo, porém, mobilizar os restantes camaradas da empresa. Com efeito, a recusa da greve haveria de ser justificada pelo receio de esta se poder transformar num pretexto para nova ocupação militar ou mesmo para o encerramento temporário da empresa.¹⁴⁴

Entretanto, a questão dos salários revelava-se verdadeiramente fraturante. A Comissão Sindical tenta então recuperar o protagonismo que havia perdido para os COB e os setores mais radicalizados da empresa, cabendo-lhe, agora, a tarefa de negociar, não só as novas tabelas salariais, mas também o novo ACT.

A primeira proposta do Governo apontava para um aumento que não excedia os 60.000 contos de massa salarial total, sendo prontamente rejeitado pela administração e pelos trabalhadores por se considerar bastante inferior ao pretendido.¹⁴⁵ Depois de avanços e recuos, o valor iria fixar-se nos 95.000 contos. Quando se julgava estarem reunidas condições para se firmar o acordo, o Eng. Norton, assessor da CA, fez saber que o valor acordado teria necessariamente de incluir os subsídios de turno e intempérie, facto

¹⁴² Esquerda Socialista, Ano I, 13 de março de 1975, pp. 4

¹⁴³ «TAP: Greve ou não eis a questão», Expresso, abril de 1975

¹⁴⁴ «TAP – Uma luta política», Expresso, maio de 1975

¹⁴⁵ «TAP: Greve ou não eis a questão», Expresso, abril de 1975

que desagradaria tanto à CS como à maioria dos trabalhadores da companhia¹⁴⁶. A mensagem era muito clara: ou o governo recuava nessa proposta ou os trabalhadores tomariam as providências consideradas necessárias para solucionar o impasse.

Cansados e desgastados depois de quinze meses de negociações, os trabalhadores iriam reunir-se dia 4 de julho em plenário e nele decidiriam avançar para uma greve progressiva, ao longo de uma semana, que culminaria, caso não fossem atendidas as suas reivindicações, numa paralisação total.¹⁴⁷ Todavia, esta decisão vincaria uma diferença significativa em relação às greves de agosto e setembro, na medida em que seria proposta e coordenada pela Comissão Sindical. Para essa mudança significativa na atuação da CS, cremos, terá contribuído a ameaça sempre presente de uma nova ocupação, que terá feito recuar o ímpeto mais combativo da maioria dos trabalhadores da empresa, confiando, dessa forma, à Comissão Sindical a responsabilidade de conduzir as jornadas de greve. Conseguindo a mobilização dos trabalhadores sob as suas orientações, a CS garantia o controlo de todo o processo, reduzindo a margem para dele tergiversar.

Dia 07 de setembro os trabalhadores iniciariam, assim, o primeiro de sete dias de greve, começando com uma paralisação de sessenta minutos e terminando, a dia 13, com uma paralisação de sete horas. A semana de «greve progressiva»¹⁴⁸ levaria o Conselho da Revolução a aceitar as reivindicações dos trabalhadores relativamente à massa salarial total: 95.000 contos, não contabilizando o valor dos subsídios de intempérie, que acresceriam a esse valor.

A luta dos trabalhadores da TAP revelara-se, assim, vitoriosa, sobretudo se tivermos em linha de conta que a revisão salarial de arrastava há mais de quinze meses. Ainda que longe dos valores inicialmente reivindicados, o acordo recolheria um apoio expressivo por parte dos trabalhadores. Não foi, no entanto, possível aferirmos o posicionamento de outros setores da companhia, nomeadamente de trabalhadores ligados aos COB, tornando-se difícil medirmos o alcance deste acordo e as reações que ele logrou

¹⁴⁶ O Combate. Ano II, Nº 27, 17 de julho de 1975 a 31 de julho de 1975, pp.7

¹⁴⁷ Idem, ibidem, pp. 1

¹⁴⁸ Idem, ibidem, pp. 1

produzir. Outras matérias, respeitantes ao caderno reivindicativo apresentado a 19 de agosto, continuariam, todavia, por solucionar durante algum tempo.

A nacionalização da companhia, longe de satisfazer todas as aspirações dos trabalhadores mais radicalizados, parece, no entanto, diluir a onda de contestação que varrera a empresa no ano que se seguiu ao Golpe militar de abril de 1974. A escassez de fontes que documentem o quotidiano da TAP nos últimos meses de 1975 sugere a retoma de uma certa «normalidade». Uma fatia significativa dos seus trabalhadores terá percecionado a nacionalização como uma medida positiva para os seus interesses, desincentivando, desse modo, a adoção de um repertório reivindicativo marcadamente transgressor por parte dos setores mais radicalizados.

Para trás ficara um longo período marcado por intensas disputas, onde, pese embora a desunião no seu seio, os trabalhadores tornaram possíveis enormes avanços nas suas condições de trabalho e, contrariamente ao sucedido até então, puderam participar ativamente nas escolhas que sobre si incidiam, tomando verdadeiramente o destino nas suas mãos.

CONCLUSÃO

A TAP adquire, durante o regime do Estado-Novo, enorme centralidade no campo político e económico. O desenvolvimento acelerado da indústria aeronáutica veio acentuar a importância das companhias aéreas num quadro de expansão e desenvolvimento económico pós-Segunda Guerra. Portugal, onde o atraso endémico em relação às potências ocidentais sempre se revelou um óbice às naturais ambições dos principais agentes económicos, não deixou, porém, de acompanhar o desenvolvimento exponencial dessa indústria emergente.

Para além de procurar dar resposta a uma cada vez maior mobilidade das populações (potenciada num mundo ocidental que havia logrado um longo período de paz), e de, a pretexto desse fluxo, fomentar o crescimento económico através do turismo de massas, a indústria aeronáutica em Portugal revestiu-se de importância adicional. O Estado-Novo observou o surgimento deste novo meio de transporte como uma oportunidade para nele operar o seu desígnio imperial e colonial. A criação da TAP e a sua transmutação em «companhia de bandeira» revelar-se-iam o corolário natural desse intento, conseguindo uma maior proximidade entre as colónias africanas e a metrópole.

A centralidade que a companhia vai alcançando, aliada a uma folha salarial relativamente generosa quando comparada com a de outras empresas do país, dotavam-na de um prestígio social invejável. Com efeito, o nível de especialização requerido para operar sistemas extraordinariamente complexos repercutir-se-ia numa força de trabalho mais exigente e, (sobretudo a partir do final da década de sessenta), também politicamente mais consciente e radicalizada, levando a uma crescente contestação à administração da empresa e, por extensão, ao regime.

A este fator deverá acrescentar-se a ténue «abertura» promovida pelo Governo de Marcello Caetano nos seus primeiros anos. As reformas laborais levadas a cabo em 1969, permitindo a eleição de direções ligadas à oposição democrática, provocariam um sério abalo nas estruturas sindicais e fomentariam o aparecimento de focos de contestação em

vários locais de trabalho. Assim, a pretexto da revisão do Acordo Coletivo de Trabalho, os trabalhadores da TAP iniciariam um longo processo de luta, reprimido de forma violenta pelas forças policiais destacadas pelo Governo.

As lutas sociais na TAP, num quadro de enfraquecimento do regime e de crescente contestação nos vários setores da sociedade portuguesa, viriam a revelar-se de enorme importância pelo exemplo que logrou prestar e pela solidariedade colhida no seio do movimento operário.

A politização dos locais de trabalho a dia 25 de abril de 1974 era já bastante acentuada, intensificando-se quase de imediato nas semanas seguintes. A rápida adesão popular e a radicalização dos processos de luta nos locais de trabalho revelam-se fatores absolutamente decisivos no curso da revolução portuguesa. A singularidade desse processo resulta, antes de tudo, da tomada de consciência por parte das classes trabalhadoras da falência das estruturas sociais que sustentavam o anterior regime, e da assimilação de um conjunto de práticas subversivas emanadas dos conflitos sociais na Europa desde os finais da década de sessenta. O surgimento de organizações de base, como foram as Comissões de Trabalhadores, reforçam a ideia de uma certa espontaneidade no rumo dos acontecimentos, configurando a forma de organização privilegiada durante o primeiro ano do período revolucionário. Os conflitos sucedem-se, a sociedade radicaliza-se, e o caminho parece ser unânime para a maioria das forças políticas em contenda: o país deve rumar ao socialismo.

É no quadro de rutura social e fragilidade das instituições que se verifica o recrudescimento da conflitualidade laboral na TAP, agora sem os condicionalismos impostos pela censura. Todavia, como tentámos demonstrar ao longo da nossa investigação, essa fragilidade, que associamos ao enfraquecimento do aparelho coercivo do Estado, não significaria nunca uma ausência total dessa faculdade. Aliás, os processos de luta da TAP e da Lisnave são emblemáticos por demonstrarem justamente que, apesar da aparente permissividade inicial, o Estado não hesitou em usar a força para reprimir as investidas mais radicais da classe trabalhadora. cremos, assim, que a Estrutura de Oportunidades Políticas avançada por alguns cientistas sociais, entre os quais Rafael Durán Muñoz e Diego Palacio Cerezales, dificilmente se aplica ao objeto do nosso estudo.

Ao colocar-se a ênfase no enfraquecimento do aparelho coercivo do Estado, parece desvalorizar-se o papel dos trabalhadores, não só enquanto atores sociais absolutamente fundamentais nas dinâmicas imprimidas no processo revolucionário, mas também como responsáveis cimeiros da fragilidade institucional tantas vezes apontada como nexos de causalidade das ações transgressoras verificadas no biénio 1974-1975.

O processo de emancipação social dos trabalhadores da TAP é igualmente significativo na medida em que, simultaneamente, induz e reproduz um conjunto de práticas e reivindicações que observaríamos nos vários locais de trabalho durante o processo revolucionário. Assim, exigências como o saneamento de elementos conotados com o anterior regime; fim da repressão no seio da empresa; incremento das condições de trabalho para todos os trabalhadores, sem exceção; gestão/controlo da empresa por parte dos trabalhadores, serão escutadas desde a primeira hora na TAP e em várias outras empresas no país.

Também as divisões no interior da companhia espelham o clima social e político do país. Comissão Administrativa, Conselho de Trabalhadores, Comissão Sindical e Comités Operárias de Base revelariam divergências inultrapassáveis, cabendo a cada um desses organismos a representação dos diferentes interesses e propostas politico-ideológicas que então se perfilavam. As greves de agosto e setembro marcariam a rutura definitiva no interior da empresa, com a tentativa de isolamento dos trabalhadores afetos à Divisão de Manutenção e Engenharia por parte da administração, dos sindicatos e da célula do PCP na empresa.

A radicalização em marcha na companhia depara-se com a oposição das forças políticas que apoiam ou sustentam o I, II e III Governos Provisórios. A procura de um consenso alargado na sociedade portuguesa, através de um programa moderado, respeitando o modelo de economia mista, não tem eco na urgência e na vertigem revolucionária que a larga maioria dos trabalhadores reclama. Os conflitos sociais vão replicar as diferentes visões que cada grupo, movimento ou partido propõe para o país, sendo que, no «caso TAP», o posicionamento dos diferentes organismos que representam os trabalhadores faz-se por intermédio da maior ou menor proximidade que esses partidos têm do Poder e dos vínculos que com eles vão estabelecendo. Assim, os organismos que

integravam no seu seio militantes ou simpatizantes do MRPP, MES ou PRP (de fora desses Governos) serão responsáveis pela adoção de um repertório reivindicativo mais radicalizado. Os organismos que contêm nas suas fileiras militantes ou trabalhadores próximos do PCP, PS e CDE, (apoiantes ou integrantes dos Governos Provisórios), posicionar-se-ão tendencialmente contra.

A presente investigação pretende assim contribuir, na medida da sua possibilidade, para uma melhor compreensão do período em causa. Com a certeza de que beneficiará com o acolhimento de novas abordagens e perspetivas críticas, esperamos que outros estudos se sigam a este, propondo-se melhorá-lo e aprofundá-lo e, dessa forma, enriquecendo o campo de estudos no qual este se insere.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS:

- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Pide-DGS.
- Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.
- Centro de Documentação da CGTP-IN.

2. JORNAIS E REVISTAS

Jornais

- *Avante*, Órgão Central do PCP (julho de 1969 a julho de 1975)
- *Combate* (junho de 1974 a julho de 1975)
- *Diário de Notícias* (abril de 1974 a julho de 1975)
- *Esquerda Socialista* (setembro de 1974 a julho de 1975)
- *Expresso* (setembro de 1974 a julho de 1975)

Revistas

- *Análise Social*, Gabinete de Investigações Sociais – Instituto de Ciências Sociais.

3. BIBLIOGRAFIA:

ALCÂNTARA Joana, VARELA Raquel, (2016), *Conflitos Sociais na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, CEFID-UAB.

ALMEIDA, Diniz, *Origens e evolução do Movimento dos capitães*, Lisboa, E. Sociais, s. d.

BARRETO, José, (1990), *Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano*, *Análise Social*, vol. XXV (105-106).

BRANDÃO DE BRITO, José M^a. (1999), *Do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Ed. Notícias.

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira. O Maoismo em Portugal 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China

CARVALHO DA SILVA, Manuel (2000), *Acção sindical, transformação e desenvolvimento*, Porto, E. Campo das Letras.

CASIMIRO, José, SANTOS, Carlos (1997), *Movimento operário: a década de 70* Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência.

CASTRO, Armando e outros (1974), *Os trabalhadores na empresa*, Lisboa, E. Prelo.

COMBATE (1975), *Capitalismo privado ou capitalismo de estado não é escolha! (Editoriais e textos do jornal “Combate”)*, Porto, E. Afrontamento.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1975), *Trabalho, sindicatos e greves no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1984. Lisboa, Comissão Nacional de Trabalhadores para a Defesa das Empresas.

COMISSÃO SINDICAL DA TAP (1973), *Livro Branco: A.C.T. da TAP*, Lisboa

CUNHAL, Álvaro (1974), *Rumo à vitória*. Porto: A Opinião.

CUNHAL, Álvaro (1976), *A revolução portuguesa – O passado e o futuro*, Lisboa, E. Avante.

CUNHAL, Álvaro (1999), *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*, Lisboa, Ed. Avante.

DOWNS, Charles (1980), *Revolution at the grassroots – Community organizations in the Portuguese Revolution*, New York, SUNY Press.

DURAN Muñoz, (2023), *Contenção e Transgressão. As Mobilizações Sociais e o Estado nas Transições Espanhola e Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China

FERREIRA, António (1974), *A queda do fascismo*, Lisboa, E. Assírio e Alvim.

FERREIRA, José Medeiros (2001), *Portugal en transición*. México: Fondo de Cultura Económica.

FERRO, António (1933), *Salazar*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

GASPAR, Jorge, e VITORINO, Nuno (1976), *As eleições de 25 de Abril, geografia e imagem dos partidos*, Lisboa, Livros Horizonte.

GOMES, Adelino, e CASTANHEIRA, José Pedro (2006), *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Expresso-Público.

GOMES, Varela (1980), *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975*, Lisboa, s. l.

LIMA, Albano (1976), *Sindicatos e acção sindical*, Lisboa, E. Avante.

LOUÇÃ, Francisco, e RESENDE, Manuel (1976), *Balanço da revolução portuguesa* (em colaboração com RESENDE, Manuel) In *Acção Comunista*, nº. 1-2, Lisboa.

LOUÇÃ, Francisco (1985), *Ensaio para uma revolução*. Lisboa: Cadernos Marxistas.

MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui (1980), *A extrema-esquerda em Portugal* in *História*, nº 17.

NEVES, Orlando (1978), *Diário de uma revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, Ed. Mil Dias.

MESQUITA, Mário (2023), *25 de Abril: A Transformação nos Média*, Lisboa, Tinta da China.

NORONHA, Ricardo (2010), *Inflação e contratação coletiva*, in *O Estado Novo em questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira, Lisboa, Edições 70, pp. 233-261

NORONHA, Ricardo (2019), *A Real State of Exception: Class Composition and Social Conflict during Portugal's Carnation Revolution, 1974-1975*. Critical Historical Studies.

NORONHA, Ricardo (2023), *The Political Economy of the Carnation Revolution (1974–75): A World-Systems Analysis*. Journal of World-Systems Research, 29(2), 351–376

PALACIOS CEREZALES, Diego (2003), *O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Lisboa, ICS

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1974), 7º Congresso (extraordinário) do PCP, Lisboa, Ed. Avante!.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1975), *O PCP e a luta sindical*, Lisboa, Ed. Avante!.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (1977), *VIII Congresso do PCP*, Ed. Avante, s.l.

PATRIARCA, Fátima (1976), *Controle operário* in *Análise Social*, n.º. 47-48, Lisboa.

PATRIARCA, Fátima (1978), *Operários portugueses na Revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974*, *Análise Social*, vol. XIV (56), 4º.

PATRIARCA, Fátima (2008), *Continuidade e rutura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano*, in. Itinerários – a investigação nos 25 anos do ICS, dir. Manuel Villaverde Cabral et al., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

PATRIARCA, Fátima (2004), *Estado social: a caixa de Pandora*, in Rosas, F. e Oliveira, P. A. *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)* Lisboa, E. Notícias.

PATRIARCA, Fátima (1977), *Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave* in *Análise Social*, vol. XIII (51), 3ª

PATRIARCA, Fátima (2000), *Sindicatos contra Salazar – A revolta de 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, ICS.

PEREIRA, José Pacheco, (1999-2005), *Álvaro Cunhal: uma biografia política*, 3 vols., Lisboa, Temas & Debates.

PINTO, Manuel Serafim (2010), *Transporte Aéreo e Poder Político. Sob o signo do Império*, Lisboa, Coisas de Ler

PIRES, José (1976), *As Greves nas Empresas*, Lisboa, Edições BASE

ROSAS, Fernando (1995), *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*, Lisboa, E. Estampa.

ROSAS, Fernando (1998), *O Estado Novo (1926-1974)*, in J. Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol.7, Lisboa, Estampa.

ROSAS, Fernando (coord.) (1999), *Portugal e a transição para a democracia*, Lisboa, E. Colibri.

ROSAS, Fernando (2012), *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China

ROSAS, F. e OLIVEIRA, Pedro Aires, (2004), *A transição falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974.)* Lisboa, E. Notícias.

SANCHES, José Luís Saldanha (1975), *O MRPP instrumento da contra-revolução*, Lisboa, E. Ulmeiro.

SÁNCHEZ CERVELLO, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, E. Assírio & Alvim.

SANTOS, M.^a de Lourdes Lima; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias, (1977), *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento.

SUAREZ, Miguel Àngel Perez (2023), *Abaixo a Exploração Capitalista! Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel

VARELA, Raquel Carneira (2010), *História da política do Partido Comunista Português durante a Revolução dos Cravos (1974-1975)* [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL. Tese de doutoramento